



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

THALIA CHAVES DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E TICS: REFLEXÕES SOBRE AS TECNOLOGIAS NO
PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA**

RECIFE

2025

THALIA CHAVES DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E TICS: REFLEXÕES SOBRE AS TECNOLOGIAS NO
PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Eduardo Mara

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Thalia Chaves da.

Serviço Social e TICs: reflexões sobre as tecnologias no processo de mediação do trabalho na esfera pública / Thalia Chaves da Silva. - Recife, 2025.
80, tab.

Orientador(a): Eduardo Mara

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Novas Tecnologias. 2. Sistema Capitalista. 3. Serviço Social. 4. Exercício Profissional . 5. Processos de trabalho. I. Mara, Eduardo . (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

THALIA CHAVES DA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E TICS: REFLEXÕES SOBRE AS TECNOLOGIAS NO
PROCESSO DE MEDIAÇÃO DO TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 20/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Mara (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Evelyne Medeiros (Examinador/a Interno/a)
Universidade Federal de Pernambuco

DEDICATÓRIA

A Deus, externo minha imensa gratidão e fé.

A minha mãe, Laudiceia Chaves, que mesmo não tendo a oportunidade de estudar, acreditou no meu potencial e depositou confiança nos meus sonhos.

Aos meus irmãos, familiares e amigos, por todo afeto, carinho, apoio e compreensão diante da minha ausência ao longo desses anos de dedicação a formação.

Aos meus Professores, por todo partilhamento de conhecimento, dedicação e comprometimento no meu processo de formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sem o qual, não teria conseguido ter forças para vencer os momentos de desafios, de solidão, de angústias e de incertezas na universidade.

A minha mãe Laudiceia, por todo apoio, paciência e compreensão, dedicado a mim ao longo desses quase cinco anos, que me serviram de fonte conforto e afeto para chegasse até aqui.

Aos meus irmãos, familiares e amigos por todo carinho e apoio.

As minhas queridas tias, Marli Chaves e Marinalva Chaves (in memoriam), que foram fonte de afeto, conforto e incentivo à minha dedicação aos estudos.

As minhas amigas de formação, Anna Beatriz, Talissa Carolina, Letícia Rayane e Jailma Fernanda, agradeço por toda paciência, acolhimento, compreensão ao longo dos anos, que tornaram-se imprescindíveis para que os meus dias na universidade se tornassem mais alegres.

As assistentes sociais Macelani, Cecília, Cássia, Roberta, dentre outras profissionais, que foram essenciais durante o processo de estágio obrigatório, onde pude aprender, aprimorar e desenvolver competências e habilidades profissionais.

Agradeço ao meu professor e orientador, Eduardo Mara, pela paciência no processo de pesquisa, com os momentos de incentivo, de cobranças e de grande suporte no processo de investigação e construção deste trabalho.

Aos professores que compõem o corpo de docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, em especial Alexandra Mustafá, Juliane Peruzzo, Flávia Clemente, Sandra Batista Silveira, Graça Silva, Ana Arcoverde, Rafaella Sitcovsky, no qual tive oportunidade de fazer trocas e partilhas das minhas incertezas e angústias na formação. Aos docentes do curso de Serviço Social, destaco toda minha consideração, admiração, respeito e carinho.

Aos técnicos e demais profissionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, que foram essenciais no acolhimento diário, no apoio, na dedicação, no cuidado e zelo conosco no centro acadêmico. À vocês, externo minha completa admiração, consideração e respeito.

RESUMO

Este trabalho reflete acerca das novas tecnologias na mediação dos processos de trabalho desempenhado pelo Serviço Social no âmbito da esfera pública, partindo da perspectiva analítica da teoria crítica para compreender os instrumentos tecnológicos no sistema capitalista e suas implicações para o exercício profissional, tendo como ponto de análise as transformações sócio-históricas, políticas e econômicas, que surtiram em um conjunto de alterações na ordem do capital e na esfera do trabalho. O presente trabalho, de caráter exploratório e investigativo, foi fruto de uma pesquisa qualitativa-quantitativa, a partir da revisão bibliográfica e documental, que partiram da análise de livros, artigos científicos e periódicos do Serviço Social publicados nas últimas três décadas, que abordam elementos e conceitos teóricos para a compreensão e discussão do presente objeto de estudo. O aprofundamento da discussão foi fundamentado na vertente do materialismo histórico-dialético, que aborda os processos políticos-econômicos e sócio-históricos no final do século XX, que incidem sobre o avanço das tecnologias no mundo do trabalho e nas suas formas de disposições para as práticas profissionais no âmbito da esfera pública.

Palavras-chave: novas tecnologias; sistema capitalista; serviço social; prática profissional; processos de trabalho.

ABSTRACT

This work reflects on new technologies in mediating the work processes performed by Social Work professionals in the public sphere. It draws from the analytical perspective of critical theory to understand technological instruments in the capitalist system and their implications for professional practice. It analyzes the socio-historical, political, and economic transformations that have resulted in a series of shifts in the capitalist order and the labor sphere. This exploratory and investigative work is the result of qualitative and quantitative research, based on a bibliographic and documentary review of books, scientific articles, and social work journals published over the past three decades. These review analyzes theoretical elements and concepts for understanding and discussing the present study. The in-depth discussion was grounded in historical-dialectical materialism, which addresses the political-economic and socio-historical processes of the late 20th century, impacting the advancement of technologies in the world of work and their impact on professional practices in the public sphere.

Keywords: new technologies; capitalist system; social service; professional practice; work processes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPF	Cadastro da Pessoa Física
MARE	Ministério de Administração e Reforma do Estado
PEP	Projeto Ético Político
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
SI	Sistema de Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AS TECNOLOGIAS NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA.....	15
2.1 As tecnologias no processo de produção e reprodução do capital: apontamentos iniciais para compreender a TICs no capitalismo.....	16
2.2 O desenvolvimento do sistema capitalista nas décadas de 1970-1980: uma discussão dos processos sócio-históricos, políticos e econômicos do período.....	26
3 SERVIÇO SOCIAL FRENTE À AMPLIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS NA MEDIAÇÃO DO TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA.....	39
3.1 Análise da conjuntura de avanço da política neoliberal nas décadas de 1990-2000: ênfase nas transformações políticas-econômicas e o cenário de adesão das TICs na esfera pública.....	46
3.2 As dimensões interventivas do Serviço Social frente a ampliação do trabalho mediado por tecnologias.....	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	73

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as novas tecnologias tornaram-se indispensáveis na mediação dos processos de trabalho e gestão das atividades de produção nos espaços sócio-ocupacionais. Nesse sentido, as diversas modalidades de tecnologias e as infinitudes das formas de utilização destes recursos, que prometem a otimização, eficiência, dinamismo e gerenciamento dos processos laborais, sinalizam uma verdadeira indicação de ampliação da incorporação das tecnologias nos mais diversos espaços de trabalho. Na ordem do capital, o trabalho mediado por tecnologias também desempenha um papel fundante na produção e reprodução do capital, uma vez que este recurso intensifica o tempo de trabalho-necessário, isto é, aumenta o tempo de trabalho-excedente da força de trabalho, contribuindo com a exploração do trabalho e aumento da extração da mais-valia.

A crise estrutural do sistema capitalista, principais elementos que impulsiona para o desenvolvimento das potências tecnológicas e transformações na organização da esfera do trabalho, com as medidas de reestruturação da produção, onde prevalece a égide da produção flexível, com a premissa de flexibilização das relações de trabalho, econômicas, funções do Estado e da produção capitalista.

Dessa maneira, ao abordar as funções dos recursos tecnológicos e informacionais no capitalismo, os autores Almeida e Carmo ainda (2022) mencionam ainda que

a tecnologia assegurou ao capital um mecanismo de controle e dominação além das fábricas e locais de trabalho, ao invés de possibilitar uma emancipação maior do ser humano, forneceu ao capital uma ferramenta de controle e dominação para além das fábricas apoderando-se da vida pessoal dos indivíduos. (Almeida; Carmo, 2022, p. 5-6)

Nessa perspectiva, verifica-se que o processo de reordenamento das forças produtivas do sistema de produção capitalista, marcado pela implantação de inúmeras medidas de reestruturação do sistema produção e acumulação do capital nas décadas de 1970 a 1980, que tratou por reconfigurar os padrões de produção do capital por meio da adoção do modelo de produção “flexível”, ou seja, um padrão de produção adaptável às necessidades e especificidade dos mercados capitalistas, reverberou em impactos para toda a classe trabalhadora, inclusive a categoria profissional do Serviço Social, com as implicações de

novos moldes de fazer e conduzir o trabalho profissional, estabelecendo novos requisitos e exigências de novas competências de trabalho dos/as assistentes sociais.

Nessa perspectiva, a implementação das políticas estruturantes tinham por objetivo contornar os efeitos da crise fiscal e monetária, onde foi necessário estabelecer mediações entre os mercados capitalistas, que constituíram métodos de reordenamento do trabalho com maiores possibilidades de controle e subordinação dos trabalhadores (seja por meio ampliação das técnicas, seja por meio da implementação de formas de gerenciamento do trabalho) mediante a necessidade do capital e relações entre o poder estatal e o conjunto da sociedade.

Diante do exposto, no que diz respeito a esse processo de reconfiguração das bases de acumulação do capital, Almeida e Carmo (2022) ainda argumentam o seguinte

na reestruturação produtiva capitalista dos anos 1970, a flexibilidade é a palavra de ordem. Estabelecem-se novas práticas e ações políticas de inspiração neoliberal na esfera do trabalho, que compõem a flexibilização da produção e racionalização por meio de novas tecnologias, políticas, processos de trabalho, tempo de giro do capital, produtos, padrões de consumo, bem como, condições de trabalho, direitos e conquistas anteriores. (Almeida; Carmo, 2022, p. 5)

O processo de reestruturação produtiva do modelo de acumulação flexível, tornou possível, para além do avanço das práticas de produção, o crescimento do desenvolvimento das modalidades organizacionais e técnico-operacionais, tornando-se imprescindível para a expansão e avanço dos recursos tecnológicos e informacionais nas corporações capitalistas.

No cenário de crise do sistema produtivo, com a necessidade do capital de cada vez mais aplicar medidas de reestruturação da produção e reorganização das forças produtivas, o capital desenvolve novas estratégias para manter a dinâmica de acumulação capitalista, impulsando os ciclos de renovação de acúmulo dos capitais através do crescimento da produção da produtividade do trabalho, intermediada pelo uso de ferramentas tecnológicas e novas formas de consumo exploração da mão de obra do trabalhador. Dessa forma, sob controle do trabalho desempenhado por tecnologias, de acordo com Araujo (2022, p. 27), “a tecnologia se torna fator determinante para subjugar e reduzir o trabalho vivo a um momento de desenvolvimento do capital (trabalho morto), que cada vez mais se comporta como uma força autônoma”.

No contexto de desenvolvimento do sistema de produção e acumulação capitalista, com forte investimento dos capitais em recursos tecnológicos e métodos de gerenciamento do trabalho como forma de impulsionamento das atividades corporativas, as tecnologias passaram a fazer parte essencial dos processos de trabalho de produção e reprodução do capital, contribuindo com o processo de reconfiguração do mundo de trabalho e a adoção de novos métodos de diversificação das economias capitalistas, desencadeando novas determinações e condicionamentos organizacionais-operacionais para os espaços de trabalho.

Este trabalho reflete as repercussões das tecnologias sobre o exercício profissional do Serviço Social, especialmente mediante o processo de ampliação da implementação de serviços informatizados pelos governos nas últimas décadas, visando refletir sobre os rebatimentos deste processo sobre a prática profissional nos espaços de trabalho da categoria. Para isso, foi adotada a metodologia que consiste na realização da pesquisa de caráter qualitativo, que, segundo a definição de Minayo (2007, p. 21), trata-se de uma abordagem que busca “trabalhar com um universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, sendo essa, um meio particular de obter resposta acerca de determinados fenômenos e realidade social.

Esta pesquisa dialoga com os elementos conceituais da perspectiva teórica marxista, cujo consiste no processo de produção e acumulação capitalista, do intelectual Marx (1867), que parte dos fundamentos políticos e econômicos da teoria crítica do capital para discutir as particularidades do desenvolvimento do capital e os processos de transformação do sistema capitalista. O presente estudo, de caráter investigativo e exploratório, propõe refletir acerca das repercussões das tecnologias sob o exercício profissional do Serviço Social mediante o contexto de ampliação da incorporação dos recursos tecnológicos e informacionais na gestão das atividades e processos de trabalho na esfera pública, que vivenciaram diversas transformações com a reestruturação da ordem do capital e da esfera do trabalho a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Além disso, conta com a análise dos estudos de Harvey (1989) e (2018), acerca dos processos políticos, econômicos e sociais, que derivam a transformação do regime de acumulação capitalista no século XIX; Veloso (2008) e (2012), com elementos conceituais para compreender as particularidades da tecnologia no sistema capitalista; Mota; Amaral (2014), a respeito da transformações conjunturais mediante o cenário de crise econômica capitalista; Abílio; Amorim; Grohmann (2021), acerca das transformações na esfera do trabalho, políticas, econômicas e sociais decorrentes dos efeitos da reestruturação da

economia capitalista; entre outros estudiosos, cujo contributos tratam dos aspectos centralizados neste trabalho.

A partir do processo investigativo, procurou-se também realizar a análise bibliográfica e documental, buscando investigar os principais incidências da incorporação dos recursos técnicos-operacionais nos procedimento de trabalho na realidade da profissão, partindo da revisão artigos científicos do âmbito do Serviço Social, em sites de artigos em periódicos, cujo publicações científicas do Serviço Social datam um marco temporal entre 1990-2000, que abordam os pressupostos conceituais/teóricos da teoria social marxista e do materialismo histórico dialético, abordando elementos sócio-histórico, ideopolítico, econômico e cultura, que elucidam as aspectos para a apreensão das possíveis direções para a profissão diante da relação das novas tecnologias com a profissão do Serviço Social na condução do exercício profissional.

Nessa perspectiva, este trabalho aborda elementos para a elucidação da apreensão acerca dos processos que permeiam a inserção das ferramentas tecnológicas na instituições empregadoras da profissão, nas últimas décadas, assim como os rebatimentos das tecnologias no exercício profissional dos assistentes sociais, com o objetivo de identificar, a partir dos apontamentos e contribuições dos referenciais teóricos, as determinações do trabalho profissional diante do avanço das tecnologias nas práticas de trabalho nas instituições públicas e suas implicações para as dimensões interventivas do Serviço Social nos espaços de trabalho.

Sendo assim, a abordagem deste estudo consistiu na análise dos seguintes elementos: 1) compreender refletir as tecnologias no processo de desenvolvimento de produção e reprodução do sistema capitalista; 2) analisar os processos sócio-históricos, políticos e econômicos como forma de compreender o avanço das tecnologias nas instituições públicas e aspectos da incorporação das ferramentas tecnológicas nos processos de trabalho; e 3) as implicações da apropriação intensiva dos recursos tecnológicos e informacionais para o exercício profissional, considerando aspectos como o controle do trabalho, gerenciamento e limitações institucionais.

Com isso, ressalta-se que compreender as determinações da esfera do trabalho diante do imbricamento das relações capitalistas e transformações no mundo do trabalho, no qual incidem diretamente nas condições objetivas e subjetivas do exercício profissional do Serviço Social, tornando-se fundamental na realidade da profissão, visto que muitos são os desafios impostos diante da ampliação dos mecanismos institucionais de negação de direitos e limitação do acessos institucionais, com cada vez mais a métodos técnicos e operacionais da

condução do trabalho da categoria, que incidem no gerenciamento dos processos de trabalho, na intensificação da produtividade, nas condições de vida e trabalho, estabelecendo implicações para a materialidade das competências profissionais com imposições institucionais e condições de trabalho adoecedoras dos trabalhadores.

2 AS TECNOLOGIAS NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA CAPITALISTA

O segundo capítulo deste trabalho versa sobre as particularidades das tecnologias no processo de desenvolvimento capitalista, partindo da compreensão dos elementos da corrente teórica social marxista para elucidar as funcionalidades das inovações tecnológicas na produção e reprodução do capital. O processo de desenvolvimento do regime de acumulação do capital necessita de mecanismos de regulação, que perpassa a organização política, econômica, produtiva e social, necessárias assegurar as condições para o desenvolvimento dos meios técnicos e organizacionais do trabalho pelos capitalistas, no qual amplia as diferentes formas de aproveitamento e aplicação no processo de produção em diferentes momentos de desenvolvimento capitalista.

Diante das preocupações centralizadas no presente estudo, a abordagem adotada concentra-se nas funções das tecnologias no desenvolvimento capitalista em suas formas de gestão da produção e do trabalho, sendo o primeiro, a fase do regime de produção fordista, onde houve um grande movimento por parte dos capitais de reorganização das bases produtivas capitalistas; e, o segundo, a fase de acumulação flexível, no qual as estruturas do sistema de produção e acumulação passaram por reconfiguração estratégicas de base flexível” por meio das adaptações da produção e mercado.

As necessidades do regime capitalista, as experiências de desenvolvimento do capital, e os sucessivos processos de reestruturação produtiva, criam bases para a intensificação das tecnologias na produção, a formação das novas bases da produção e acumulação do capital, o desenvolvimento de novas finalidades das tecnologias, se tornam fundamentais para o amadurecimento do regime de produção e acumulação do capital.

Nessa perspectiva, a incorporação das tecnologias por corporações capitalistas, incidem sobre as condições de trabalho dos trabalhadores e na condução das atividades de trabalho, uma vez que os incrementos contribuem com a intensificação da exploração do

trabalho e controle das forças produtivas, o trabalhador e retira destes a possibilidade de desenvolvimento maiores capacidades da força de trabalho, evidenciando aspectos negativos, não apenas o controle físico humano, mas o domínio da mente dos trabalhadores.

Dessa forma, o caráter funcional das tecnologias concentra-se no direcionamento dos meios tecnológicos às necessidades da acumulação de capital, da produção de mercadorias e da intensificação da acumulação capitalista, nas possibilidades de lucratividade e uso das necessidades econômicas do sistema capitalista.

2.1 As tecnologias no processo de produção e reprodução do capital: apontamentos iniciais para compreender a TICs no capitalismo

As novas tecnologias, na atualidade, se tornaram recursos indispensáveis para a realização de diversas atividades de trabalho e cotidianas na realidade da vida social. Essa diversidade de instrumentos técnicos, como computadores, tablets, celulares, impressoras, tem se demonstrado cada vez mais aplicáveis na organização, gerenciamento e processamento das práticas de trabalho, sobretudo porque esses recursos prometem dinamizar tarefas complexas de trabalho e otimizar o tempo gasto no desempenho das atividades produtivas.

As novas tecnologias, derivadas do avanço das capacidades humanas e das forças produtivas, também se tornaram um enorme símbolo de progresso da sociedade moderna, visto que muito se tem propagado os avanços alcançados com a tecnologia e a ciência, com a criação da rede de internet, de comunicação, de sistemas cibernéticos, de softwares e hardwares; assim como outros recursos tecnológicos, que com grande capacidade de desempenho e resolutividade das mais diferentes operações, proporcionaram enormes mudanças na realidade, culminando em transformações estruturais na esfera do trabalho, social, cultural, política e econômica, se tornando um parâmetro avaliativo do desenvolvimento da sociedade.

No quesito definição, o termo “*tecnologia*”, numa caracterização mais geral, se refere ao conjunto de métodos, técnicas e meios informacionais e tecnológicos utilizados para mediar processos, alcançar determinadas finalidades, resolver problemas e viabilizar a condução de atividades nos espaços de trabalho e na realidade social. Diante do exposto, conforme as contribuições de Veloso (2012), “a tecnologia resulta da aplicação dos conhecimentos científicos (isto é, da aplicação dos conhecimentos obtidos pelo método de pesquisa que deu início a revolução científica na época moderna) na solução de problemas de ordem prática”. (Veloso, 2012, p. 41)

Pode-se dizer, por sua vez, que a tecnologia se caracteriza pelos conjuntos de meios técnicos, utilizados para dinamizar e otimizar o processamento de tarefas, a resolutividade das demandas, o gerenciamento e organização de procedimentos nos ambientes físicos e virtuais. Os meios e recursos informacionais e tecnológicos, como, por exemplo, os programas de softwares, e-mails, excel, power-point, navegadores de rede, editores de textos, áudios, imagem, como também outros meios eletrônicos (como notebooks, ipad, tablets, etc.), que mediam atividades, processam práticas e armazenam dados e informações, são apenas algumas das variedades de recursos mais acessados para viabilizar a condução dos processos de trabalho.

Nesse sentido, de acordo com a compreensão de Veloso (2008), a caracterização das tecnologias

remete ao conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, da qual fazem parte dos computadores, softwares, sistemas de redes etc., que teriam a capacidade de processar e distribuir informações para as organizações e sujeitos sociais. Essas novas tecnologias podem mediar tanto o fortalecimento da acumulação quanto a criação e desenvolvimento de posturas alternativas aos valores capitalistas, dependendo do movimento das forças sociais em disputas. (Veloso, 2008, p. 75-76)

Diante disso, a utilidade dos recursos das tecnologias nos processos de trabalho e apropriação de seus benefícios se tornaram fundamentais, haja vista que, se por um lado, essas ferramentas tecnológicas contribuem para o atendimento e satisfação das necessidades humanas, por outro lado, em contrapartida, esses meios se tornam meras ferramentas que materializam os interesses de uma determinada classe dominante, propulsora de exploração do trabalho, exclusão de acesso e desigualdade social.

Diante disso, entende-se que as tecnologias, ao longo dos processos históricos, passaram por um amplo processo de aprimoramento de suas funções, possibilitando o desenvolvimento, nos dias atuais, de uma diversidade de inovações tecnológicas, que favorecem a descoberta de novas formas de organização social, estruturação do trabalho, integrações culturais, e alteração do conjunto das relações sociais. Nesse segmento, conforme a perspectiva de Veloso (2008), as inovações tecnologias e informacionais se configuram como resultado do processo histórico, resultado do aprimoramento das forças produtivas e acúmulo do desenvolvimento das potencialidades humanas, sendo um indicador de avanço social e de progresso humano.

Nesse sentido, ao observar como os efeitos da incorporação das inovações técnicas do processo de produção e suas incidências sobre a força de trabalho no século XIX, no qual compreende-se que esse processo ocorreu por meio de um movimento “natural-espontâneo” e necessário da produção capitalista, Marx (1867) parte do entendimento dos processos sociohistóricos e do progresso da ciência moderna para analisar o movimento de incorporação das tecnologias no sistema de produção capitalista.

Dessa maneira, ao compreender a relação das tecnologias no processo de produção e seus reflexos sobre a força de trabalho, o teórico salienta o seguinte

a maquinaria produz mais-valor relativo não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, baratear esta última por meio do barateamento das mercadorias que entram em sua produção, mas também porque, em sua primeira aplicação esporádica, ela transfere o trabalho em empregado pelo dono das máquinas em trabalho potenciado, eleva o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual e, assim, possibilita ao capitalista substituir o valor diário da força de trabalho por uma parcela menor de valor de produto diário. (Marx, 1867, p. 588)

Nesse viés, é possível compreender que o sistema capitalista encontra nos métodos tecnológicos uma potencial forma para extrair o máximo de capital investido em meios de produção, sendo dessa forma com a qual os capitais conseguem regular a intensidade dos ganhos, elevando o capital empregado no processo de produção em um valor aumentado. Dessa forma, é possível os capitalistas explorarem o máximo da capacidade funcional dos recursos tecnológicos, garantindo, assim, que os capitais obtenham retorno do capital investido na produção.

Nessa perspectiva, acerca do incremento técnico na produção pode ser tornar um meio de controle do ritmo do trabalho, Marx (1867) argumenta o seguinte

se a maquinaria é o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se converte, como portadora do capital nas indústrias de que imediatamente se apodera, no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho para além de todo limite natural. (Marx, 1867, p. 584)

Nesse sentido, de acordo com as afirmações do intelectual, assim como a maquinaria torna-se um mecanismo potente para a redução do tempo de trabalho necessário na produção, no sistema de produção capitalista, esses recursos também podem se transformar em um meio determinante para prolongar a jornada de trabalho para além dos limites naturais, com o

objetivo de elevar a produção e, conseqüentemente, o aumento significativo da acumulação de capital.

Além disso, a utilização das tecnologias para a mediação dos processos de produção eleva ainda mais a intensificação do trabalho-excedente, onde a força de trabalho realiza um esforço potencializado no processo de produção de mercadorias em um menor tempo necessário, conferindo assim, ao capitalista, o mais-valor excedente da produção.

Dessa forma, com a substituição da força de trabalho humano nos espaços de trabalho mediante a crescente adesão dos meios tecnológicos cada vez mais inovadores, amplia-se um forte movimento por parte dos capitais de diminuição dos trabalhadores nos processos de produção, já que a máquina intensifica o ritmo da produção do trabalhador, desenvolve a intensidade da produção capitalista, tornando a força de trabalho desvalorizada, fazendo com que os trabalhadores torna-se força de trabalho supérflua, condicionando os operadores desses mecanismos a deterioração da integridade física e cognitiva no processo de produção.

Nesse viés, ao se debruçar na compreensão acerca das tecnologias no processo de intensificação do trabalho, o intelectual Marx (1967) argumenta que

[...] a maquinaria se converte, nas mãos dos capitalistas, no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho no mesmo período de tempo. Isso se dá de duas maneiras: pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário, ou do campo de trabalho deste último. (Marx, 1867, p. 595)

Nesse segmento, ao analisar como as inovações técnicas afetam as relações entre trabalhador e produção, Marx (1867) argumenta que, intencionalmente, os capitalistas tendem a introduzir progressiva tecnologias no processo de produção com o objetivo de gerar o aumento da massa de trabalhadores ociosos, que ficaram a disposição do sistema capitalista, favorecendo ainda mais a desvalorização e barateamento da força de trabalho que compõem a massa de trabalhadores ociosos do exército industrial de reserva, segundo a definição do teórico.

No modo de produção, a constituição dos padrões de acumulação do capital transformam-se em um mecanismo utilizado para regular a variação dos níveis de acumulação capital por meio da formação do exército industrial de reserva. É também, portanto, uma forma com a qual o capitalista submete os trabalhadores a um sistema regulatório e de controle do trabalho humano, cujo em movimento rotativo de contratação e demissão predomina, visando exaurir o máximo da força de trabalho da classe operária, se

mantendo, sendo assim, um sistema que constitui uma determinada rotatividade de trabalhadores de ociosos disponíveis ao modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, a crescente necessidade de utilização dos recursos tecnológicos por corporações capitalistas, de modo geral, não acontece por acaso, uma vez que, na entrada das últimas duas décadas, houve diversas transformações na estrutura organizacional do sistema político-econômico capitalista, que implicaram no aumento significativo da apropriação das tecnologias como forma de administrar o processo de produção, elevar a produtividade para alcançar intensificação da produção do capital e manutenção do sistema econômico capitalista.

Sendo assim, as tecnologias se tornam ferramentas que contribuem com o aumento da exploração da classe trabalhadora, uma vez que essas ferramentas estão apropriadas pela lógica da acumulação, que tendem, ao serem direcionadas a satisfação da valorização e acumulação do capital, a desempenhar um papel determinante na organização da estrutura do modo de produção capitalista, no qual, sem a uso de tais recursos, não se tornaria possível a elevação da produtividade e otimização do tempo gasto no desempenho dos processos de trabalho.

Nesse segmento, o sistema de produção capitalista, ao longo da história do seu desenvolvimento, vivenciou diversas transformações na estrutura organizacional e funcional do processo produção capitalista, tornando-se um organismo dependente, de tempos em tempos, da implementação de um composto de arranjos político-econômico que garantam a efetividade e a viabilidade do regime de produção e acumulação do capital.

Diante do exposto, ao compreender o movimento do desenvolvimento das inovações tecnológicas no sistema de produção capitalista, o teórico Marx (1867) salienta que o desenvolvimento das tecnologias no processo de produção capitalista não se dá sob a geração de melhorias das condições de trabalho e necessidades da classe trabalhadora, mas ocorre mediante a necessidade de impulsionamento das bases produtivas e intensificação da extração da mais-valia do capital.

Sendo assim, acerca das tecnologias no sistema capitalista, o intelectual salienta o seguinte

como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é o meio para a produção de mais-valor. (Marx, 1867, p. 548)

Nas relações capitalistas, os segmentos corporativos buscam a partir da incorporação intensiva das tecnologias nos processos de trabalho, não reduzir a jornada laboral para garantir ao trabalhador uma melhor qualidade de vida e aproveitando de melhores condições de trabalho, mas alcançar a otimização do tempo de produtividade do trabalhador no processo de produção para garantir uma maior apropriação do tempo de trabalho excedente, tempo este responsável por gerar a produção de capital.

Nessa perspectiva, ao investigar a apropriação das tecnologias pelo modo de produção capitalista, visualiza-se que o sistema capitalista, ao longo do processo de desenvolvimento das bases de acumulação do capital, constituiu uma intrínseca relação de dependência dos capitais com a utilização dos instrumentos técnicos e organizacionais de produção, como forma de conseguir, mesmo que por determinado período de tempo, a estabilidade da produção, acumulação e valorização do capital. Desse modo, convém destacar que o impulsionamento do desenvolvimento das tecnologias e das inovações ocorre mediante as necessidades de valorização e acumulação da produção capitalista para geração de maiores níveis de acumulação do capital.

Dessa maneira, o processo de estruturação do regime de acumulação capitalista, no qual foi fundamentado nas diretrizes gerais de acumulação, classificado por Marx (1867), no século XIX, como Lei Geral de Acumulação Capitalista, no qual aponta para as bases do modo de produção capitalista, implementado diante da necessidade de responder determinados déficits do regime de produção e acumulação capitalista, significando um movimento essencial dos capitais para o crescimento capitalista com a constituição de novas configurações de funcionamento e organização do sistema econômico capitalista.

De modo geral, esses elementos que compõem a dinâmica da acumulação do capital se tornam fundamentais na administração do modo de acumulação capitalista, uma vez que estão ordenados por meio de um conjunto de práticas organizacionais e ações técnicas (sejam elas humanas, materiais e imateriais), que constituem formas para fornecer respostas mais racionalizadas e pontuais aos problemas de instabilidade do sistema de produção capitalista.

Dessa forma, ao analisar a funcionalidade da inovação tecnológica no processo de acumulação capitalista, se entende a importância de caracterizá-la na formação da composição do capital na dinâmica de acumulação do capital e nas relações capitalistas, partindo da perspectiva teórica marxista. A priori, segundo a percepção de Marx (1867), a constituição da composição do capital na dinâmica de acumulação se expressa por meio da proporção entre meios de produção e força de trabalho, sendo essa relação fundamental para a determinação do aumento da acumulação de capital no sistema capitalista.

Na dinâmica do modo de acumulação, a manutenção dos ciclos de acumulação do capital depende dos capitalistas aplicarem periodicamente uma parcela da mais-valia nos processos de produção para garantir a reprodução do capital. Sendo assim, os capitais individuais aplicam investimentos com a compra de mais meios de produção (como inovações tecnológicas, matéria-prima, insumos, máquinas de produção, propriedades) e força de trabalho (com a contratação de trabalhadores com/sem especialidade, ligados à produção, administração, gerenciamento), conforme a especificidade e necessidades dos capitais de organização e produção.

Com isso, diante do caráter de instabilidade do modo de acumulação do capital e das relações de concorrências entre os capitais, as corporações capitalistas tornam-se pressionadas, de tempos em tempos, a aplicar investimentos em tecnologias, concentrando uma parte cada vez maior da mais-valia nos meios de produção, buscando garantir a produção e reprodução dos ciclos de acumulação capitalista. Nesse movimento, em fases de estagnação da produção da acumulação capitalista, a composição do capital tende a não apresentar indícios de crescimento, isto é, a composição do capital tende a se manter invariável, com indicações de capital constante.

Nesse segmento, ainda segundo o teórico, na acumulação capitalista, a formação do capital pode ser determinada na forma do valor, dada a relação proporcional entre meios de produção e força de trabalho, como na forma da matéria, dada pela relação que a mercadoria tem com a produção e o processo de trabalho. Esta última, que consiste na relação proporcional da massa dos meios de produção e quantidade de força de trabalho empregado, é chamada também de composição técnica do capital, no qual determina a composição de valor do capital no regime de acumulação capitalista.

Os capitais que aplicam uma considerável parte do mais-valor em forma de investimento no processo de produção, esperam com ímpeto obter maiores possibilidades de ganhos com a transformação do valor empregado em mercadorias, visto que, no processo de produção, a força de trabalho tende a converter, progressivamente, a mais valia empregada em meios de produção, aos produtos e mercadorias capitalistas. Nesse viés, conforme as proposições de Marx (1867) acerca da constituição da composição do capital na acumulação capitalista, a proporção dos meios de produção se materializam em forma do capital constante, enquanto a força de trabalho se converte em capital variável. Sendo assim, esses dois elementos da composição do capital, formam o que o autor classifica de composição orgânica do capital, dada pela relação entre composição técnica do capital e composição de valor do capital.

Em relação a composição do capital, o teórico Marx (1867) ressalta que

a composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. [...] a primeira composição é chamada de valor, e a segunda, de composição técnica do capital. Entre as duas existe uma correlação. Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital. (Marx, 1867, p. 835-836)

No primeiro aspecto, no ponto de vista do valor, o capital tende ser determinado pela relação da produção com as bases técnicas no processo de produção, isto é, a composição do capital pode ser considerada, ao invés da “massa” ou “quantidade” incorporadas, como no caso da composição material, considera-se, portanto, o valor empregado no processo produtivo.

No segundo aspecto, a composição do capital tende a sofrer determinações da relação existente entre quantidade de meios de produção empregados na produção e a quantidade de força de trabalho humano em determinada operação de trabalho. Assim, compreende-se que a constituição do capital depende das formas como os meios de produção relacionam-se com a condução, o controle do trabalho e o ritmo da intensidade da produtividade dos trabalhadores no processo de produção capitalista.

Esta relação da produção capitalista é essencial para que o sistema de produção alcance um determinado equilíbrio na produção de forma que a quantidade de meios de produção necessária e quantidade de energia humana empregada sejam suficientes para a manutenção do movimento de produção capitalista necessária à geração de grandes produções de mercadorias.

No que diz respeito aos efeitos da composição técnica do capital sobre a composição do capital, Marx enfatiza

a massa dos meios de produção com ele opera aumenta a produtividade de seu trabalho. Esses meios de produção desempenham um duplo papel. O crescimento de uns é consequência, o de outros é condição da produtividade crescente do trabalho. Por exemplo, com a manufatureira do trabalho, emprego da maquinaria, mais matéria-prima é processada no mesmo espaço de tempo e, portanto, uma massa maior de matéria prima e de matérias auxiliares ingressa no processo de trabalho. Essa é a consequência da produtividade crescente do trabalho. Essa alteração na composição técnica

do capital, o aumento da massa dos meios de produção, comparada a massa da força de trabalho que a põe em atividade, reflete-se na composição de valor do capital, no aumento do componente constante do valor do capital à custa de seu componente variável. (Marx, 1867, p. 845-846)

Nesse segmento, os ciclos de acumulação de capital, de modo geral, reflete sobre a classe trabalhadora, uma vez que, ao estabelecer um regime de produção e acumulação do capital, no qual se caracteriza por meio da aplicação de um conjunto de estratégias organizacionais e práticas econômicas, que forma, por sua vez, uma massa de desempregados, métodos de regulação salarial, mecanismos de controle da produtividade e elevação da intensidade do trabalho sobre égride do alcance da satisfação da necessidade de acumulação e valorização do capital, esses meios tendem a gerar impactos profundos na realidade da vida da classe trabalhadora.

Essa realidade, entretanto, atinge diretamente a oferta de trabalho, o aumento da pobreza, a precarização das condições de vida e trabalho, fazendo com que haja uma crescente formação de desempregados e ociosos, que não possuem os seus próprios meios de produção, tendo que se colocar à disposição do sistema capitalista.

Dessa forma, o sistema de acumulação capitalista funciona como um mecanismo de regulação que rege as relações de trabalho, mercado e produção. Sendo assim, para o sistema capitalista continuar viável, a implementação de métodos regulação da incorporação da força de trabalho e dos ganhos salariais se tornam imprescindíveis para a manutenção da estabilização do regime de acumulação, já que com a possibilidades de controle sobre o emprego da força de trabalho e controle da produção, ocorre um movimento de alteração dos níveis salariais dos trabalhadores, fundamental para a extração de capital.

No cenário de crescimento da acumulação capitalista, as relações capitalistas tendem a se acirrar com o movimento de competição das corporações, desencadeando um movimento crescente de investidas entre os capitais para a descoberta de novas técnicas e métodos de intensificação da acumulação capitalista e a produção do capital. Sendo assim, a corrida capitalista por descobertas de novas técnicas e tecnológicas de produção se tornam determinantes para o desenvolvimento da produção e acumulação do capital, uma vez que, na lógica da concorrência das corporações, os capitais que detém os recursos técnicos mais avançados, se sobressaem, conseguindo melhores chances de obtenção de lucro, enquanto os capitalistas que possuem recursos tecnológicos e menos aprimorados, tem menos possibilidades de obtenção da acumulação da mais-valia do capital.

Desse modo, ao abordar a competição entre os capitais na fase de desenvolvimento da acumulação capitalista para a descoberta de novas técnicas e métodos mais aprimorados de produção, Harvey argumenta que “quanto mais ferrenha a concorrência maior a probabilidade de ocorrerem saltos de inovação, à medida que uma empresa passa a frente e demais correm para alcançá-la ultrapassá-la, indo além do mix tecnológico e da forma organizacional que refletem a média social”. (Harvey, 2018, p 112)

Com isso, compreende-se que a apropriação das forças produtivas das inovações tecnológicas pela burguesia, restringe-se a satisfação dos interesses dos segmentos capitalistas, isto porque, o sistema capitalista se apropria de seus benefícios dos mecanismos técnicos para potencializar o processo produtivo e melhorar a eficiência do processo de produção, elevando assim os níveis da acumulação de capital.

O modo de acumulação capitalista também se tornou responsável por formar uma estrutura organizada de desempregados, constituindo, dessa forma, um reservatório estrutural de força de trabalho disponível para atender a satisfação e necessidade da produção capitalista. Nessa perspectiva, ao tratar da constituição do desemprego estrutural, Marx menciona que “a acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”. (Marx, 1867, p. 857)

O aumento da incorporação intensiva das tecnologias produtivas no processo de produção, acompanhando do desenvolvimento de práticas organizacionais fundamentada na racionalização da produção, se tornaram determinantes para a formação do exército industrial de reserva, constituído com o movimento de substituição e diminuição dos trabalhadores do processo de produção.

O aumento da utilização das tecnologias nos processos de produção implica na redução de trabalhadores na composição da organização produtiva, fazendo com que haja uma intensificação da produtividade mediante a inserção de novas técnicas de produção e práticas de organização da produção. Posto isso, embora o aumento da incorporação das tecnologias reduza significativamente a força de trabalho, tal aumento não implica necessariamente na redução do trabalho, pelo contrário, tendem a intensificar o tempo necessário da produção.

Na dinâmica da acumulação capitalista, cada vez mais, os trabalhadores tendem a se tornar para o sistema de produção meras mercadorias substituíveis, dispensáveis e utilizáveis

quando necessário a reprodução do capital, transformando-se em peças fundamentais para a produção e reprodução do capital.

Sob essa ótica, ao abordar a lógica da formação da superpopulação relativa, Marx propõe que

[...] se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário para acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva tão absoluto como se ele o tivesse criado por sua própria conta. (Marx, 1867, p. 858)

Na órbita do capital, a disponibilidade de uma margem de desempregados, em situação de pobreza e em precárias condições de vida, acaba se tornando elementar para que os trabalhadores continuem se submetendo ao sistema de produção do capital, onde a força de trabalho é condicionada às condições exaustivas, degradantes e precárias de trabalho, com poucos ganhos e benefícios, sem nenhuma segurança de trabalho.

Na produção capitalista, as tecnologias consistem numa forma de regulação do controle e ritmo das atividades de produção, possibilitando que os trabalhadores produzam grandes quantidades de mercadorias em um menor tempo de trabalho, conferindo aos capitais maiores possibilidades de acumulação capitalista e produção de mercadorias. Os capitalistas, dessa maneira, conseguem administrar, conforme a necessidade da produção, o aumento, a intensidade e o ritmo da produção no processo de produção capitalista, tornando possível regular os níveis de suas acumulações a cada ciclo de produção. Nesse viés, a estabilidade do regime econômico capitalista depende de um conjunto de esforços regulatórios, sejam políticos, econômicos, produtivos e sociais, assim como o impulsionamento do avanço capacidades tecnológicas e informacionais, para que o desenvolvimento das corporações econômica capitalista continue com os padrões de acumulação do capital permanecem equilibrado.

2.2 O desenvolvimento do sistema capitalista nas décadas de 1970-1980: uma discussão dos processos sócio-históricos, políticos e econômicos do período

No século XX, o sistema capitalista passou por algumas modificações durante a experiência de dois momentos históricos de desenvolvimento dos padrões de produção capitalista, que definiram o percurso do regime de acumulação do capital, onde o primeiro, trata-se da experiência do regime fordista-keynesiano, e o segundo momento, refere-se a

experiência do modelo de produção flexível, sendo essas duas fases fundamentais na definição dos processo de estruturação da organização do sistema capitalista contemporâneo.

Desse modo, ao caracterizar o modo de produção fordista, Harvey (1989) salienta que o sistema fordista se constituiu diante de um conjunto de decisões e práticas adotadas por diversos atores políticos e econômicos como forma de responder às necessidades existenciais do sistema de acumulação capitalista. Sendo essas medidas políticas e econômicas, portanto, uma resposta estratégica imediata, tomadas, em maior parte, em função das necessidades urgentes de contornar os efeitos das crise cíclicas da produção e da acumulação capitalista.

A princípio, na esfera da produção capitalista, o modo de acumulação fordista-keynesiano surge como um método de incorporar práticas produtivas, políticas e econômicas, responsáveis por reconfigurar a estrutura das relações de produção, trabalho, mercado, política e vida social. Trata-se, portanto, de um sistema amplo e racionalizado, estruturado para medicar algumas defasagem do sistema de produção e acumulação capitalista no cenário de expansão da reestruturação das economias capitalistas.

Nesse segmento, segundo a compreensão de Harvey (1989), o método de produção fordista-keynesiano, foi marcado pela utilização de padrões de produção baseado em práticas de racionalização da produção, formas de controle da força de trabalho, aumento das tecnologias de produção, desenvolvimento de novos padrões de consumo e aquisição de mercadorias, assim como medidas de reconfiguração das práticas e funções do poder do Estado, criação de novas tendências políticas e econômicas, que caracterizam a estrutura produtiva nos princípios fordista-keynesiano.

A ascensão do modelo de produção fordista aconteceu em 1914, em um cenário de reorganização do mercado mundial, onde as economias passavam por um movimento intenso de reestruturação na esfera econômica, política e produtiva. Nesse sentido, o regime de produção fordista preconizava a criação de um sistema de trabalho que impusesse o administração da produção em métodos de reordenamento das forças produtivas, baseados na racionalização das práticas de trabalho, com uma alta capacidade de controle, disciplina e gerenciamento da força de trabalho.

Dessa maneira, o regime de acumulação fordista não encontrou um cenário tão favorável para sua incorporação na realidade internacional, sobretudo, devido ao conjunto de fatores centralizados na esfera produtiva, política econômica vivenciados na conjuntura da época.

A expansão do regime fordista, de modo geral, não aconteceu de forma linear entre os segmentos e corporações capitalistas, uma vez que, no cenário industrial do século XX,

existia um enorme disparidade entre as técnicas e métodos utilizados no setor da produção, que representa indícios de limitações e descompassos nos níveis de acumulação do capital, em função das maiores chances de incorporação de inovações tecnológicas mais aprimoradas e diversificadas dos capitais maiores, que incidia sobre os outros capitais no processo de desenvolvimento da produção capitalista.

Sendo assim, alguns setores produtivos continuaram operando a produção com antigas formas e técnicas de produção capitalista, enquanto outra parcela dos segmentos capitalistas, já apresentavam formas e meios de produção mais aperfeiçoados e eficientes. O processo de reestruturação do capital incluiu novas modalidades produtivas sob a égide de superação da crise capitalista e garantir o processo de acumulação e reprodução do capital.

As novas configurações postas para o reordenamento das forças produtivas, levaram a complexificação das relações entre trabalho-capital, modificando a organização da produção com implementação das novas técnicas produtivas. Posto isso, a tendência à tecnificação do processo de trabalho acentuam a subordinação do trabalhador e a produção no desempenho de suas funções e favorecem com a mistificação do processo das relações sociais de trabalho. (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021)

Além disso, o quadro econômico de crescimento no período de reestruturação dos mercados nas décadas de 1940-60, momento marcado por um crescente desenvolvimento das organizações capitalistas, fez com que houvesse um intenso desenvolvimento de diversos segmentos capitalistas, especificamente empresas ligada à modernização, como o crescimento do setor industrial, urbanístico, automobilístico, ferroviária, comunicação, comercial e infraestrutura, criando possibilidades para o fortalecimento e impulsionamento da economia de mercado da época. Nesse período, onde surgiram diversas demandas de produção e circulação de mercadorias, emergiu um intenso movimento de intensificação da racionalização dos processos de produção e ampliação do desenvolvimento técnico-científico para elevar a eficiência da valorização do capital e acumulação capitalista.

Nesse contexto, as indústrias internacionais começaram a apresentar um movimento de adaptações das técnicas de produção ao sistema de produção, tornando esse momento das corporações capitalistas crucial para que houvesse um salto relativo dos níveis de produção e acumulação do capital. Além disso, diante do crescimento do modelo de produção fordista, vários grupos capitalistas, cujo possuíam bases técnicas assentadas em tecnologias mais complexas e maduras, aumentaram ainda mais suas produções de mercadorias e ampliação da oferta dos serviços, potencializando o processo da racionalização e gestão da produção.

Durante a crise econômica de 1929, com o momento da Grande Depressão econômica, as corporações capitalistas, numa tentativa de sanar os efeitos da crise de superprodução capitalista, implementaram medidas de regulação dos salários e controle da inserção da força de trabalho na produção, buscando assim, contornar os efeitos colaterais da crise econômica na tentativa de corrigir a queda da taxa de lucro e restabelecer a recuperação dos déficits da produção, regulação dos mercados e superação da índices de acumulação dos capitais.

A crise do sistema de acumulação do capital, gerado por uma onda de superprodução de mercadorias, marcou um processo de “produção em massa, para consumo de massa”, que não conseguiram, na lógica de valorização e circulação das mercadorias, serem consumidas no tempo necessário a durabilidade do ciclo de acumulação do capital, levando assim, por conseguinte, ao intenso movimento de aumento dos estoque da produção e barateamento das mercadorias, causando implicações nas possibilidades da acumulação dos capitais.

Nesse sentido, diante do cenário de desestabilização das bases de acumulação, tornou-se necessário a intervenção de atores políticos e econômicos na implementação de ajustes para o enfrentamento dos reflexos da crise econômica, cujo impactos podem ser evidenciados através da quebra de diversos capitais, baixos rendimentos capitalistas, aumento intenso processo de funções dos mercados, descentralização das corporações capitalistas, assim como, em um movimento crescente de demissão de trabalhadores, diminuição dos salários e oferta de emprego, e desvalorização da força de trabalho.

Essa estratégia do regime fordista, utilizada por corporações capitalistas, mostra a capacidade estratégica de organização do trabalho do sistema fordista de produção, já que, ao criar condições de trabalho favoráveis aos trabalhadores, gera o aumento do estímulo do trabalhador e, conseqüentemente, a intensificação da produção de mercadorias. Diante desse aspecto, compreende-se que para atingir o relativo desenvolvimento das bases de produção capitalistas, os capitais buscam fortemente formas de incentivar os trabalhadores a aumentarem a produtividade do trabalho, seja por intermédio das concessões de benefícios para incentivo à produtividade, seja por meio da introdução de métodos tecnológicos.

O período de expansão do regime fordista, entre a década de 1940 a 1970, amplamente marcado por práticas produtivas, cujo princípios consistem nos fundamentos da administração da produção, no aumento da incorporação das tecnologias, geração de novos padrões de vida e de consumo de mercadorias, foi acompanhando por novas tendências de gerenciamento público e organizacional, onde se preconiza formas de racionalização, controle e gerenciamento dos processos de produção capitalista.

Na fase de crescimento do regime fordista, por exemplo, o cenário produtivo, político e econômico, demonstrou níveis consideráveis de crescimento na esfera da produção, relativa estabilidade econômica, elevação do padrão de vida e de aquisição de bens pela população, e controle dos efeitos generalizados da crise, garantindo um considerável grau de estabilidade econômica.

Nesse contexto, ao se propagar de maneira descentralizada, o sistema fordista enfrentou diversas limitações muito característica do próprio sistema de acumulação, criando níveis de desenvolvimento desajustados, mesmo diante da abertura de novos mercados de adesão das mercadorias e expansão das economias mundiais capitalistas. Cada governo, nesse sentido, de acordo com diretrizes e políticas internas, estabelecia suas próprias formas de gerenciamento das implicações geradas pela fragilidade do sistema econômico como forma a garantir a satisfação do mercado e o favorecimento do regime de produção, gerando assim, por meio da aplicação de medidas políticas-econômicas, a concentração de capitais internacionais.

Nesse viés, no cenário de recessão do sistema econômico capitalista, ocorre um movimento necessário das relações capitalistas de reorganização, na tentativa de corrigir as contradições do sistema de acumulação do capital, as sucessivas falências em massa dos capitais, o aumento das fusões dos mercados e aumento da concessão de créditos de capitais as corporações, que representa um quadro de verdadeira ameaça direta para a viabilidade das bases de acumulação do capital e da produção capitalista.

Nesse segmento, Mota e Amaral (2014) argumenta que

numa conjuntura de crise, a reestruturação e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um “novo equilíbrio”, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução, afetando tanto a esfera da produção quanto às relações sociais. (Mota; Amaral, 2014, p. 5)

No final da década de 1960, o padrão de produção fordista começava a apresentar indicações de fragilidade em suas bases estruturais, expressando sinais de instabilidade da produção e acumulação de capital, sinalizando inúmeras mudanças na regulamentação nos padrões de acumulação capitalista. Nesse viés, diante da fragilidade do regime fordista em garantir condições estáveis da produção de capital e reprodução capitalista, se tornava emergente a superação das bases rígidas do regime de acumulação.

Nessa ótica, os reflexos da estagnação econômica afetaram de forma descentralizada diversos setores capitalistas, principalmente os segmentos capitalistas menos desenvolvidos,

levando uma grande parcela dos capitais a fundirem-se com grandes corporações capitalistas como forma de conseguir sobreviver à fase de crise econômica.

Nessa vertente, diante do cenário caótico de crise do capital, Harvey (1989) argumenta que emerge nesse contexto a necessidade do Estado adotar novas configurações e reformulações de suas práticas, onde torna-se acirrado a intensa centralização dos capitais e as relações econômicas capitalistas, como forma de administrar, quando necessário, determinadas patologias do sistema de acumulação capitalista. Tornou-se necessário, portanto, a atuação dos governos nas relações econômicas, aplicando um composto de políticas fiscais e monetárias, com o objetivo de regular a relação de mercado e, ao mesmo modo, estabilizar os déficits da economia capitalista.

Nesse sentido, a postura dos governos diante os efeitos da crise econômica do capital, tornou-se um marco a reconfiguração das funções públicas do Estado, evidenciando novos ordenamentos e direcionamentos para a condução das práticas públicas, cujo orientações seguem os paradigmas neoliberais de estabilização das relações econômicas capitalistas, buscando favorecer as condições de viabilidade do funcionamento do sistema de acumulação.

Conforme a concepção de Harvey (1989), a estabilidade do sistema econômico capitalista depende da intrínseca relação estabelecida entre o trabalho organizado, organizações capitalistas e poder institucional governamental. Sendo assim, dentre algumas práticas adotadas pelo poder público, destaca-se a implementação de políticas fiscais e monetárias, políticas de aplicação de áreas de interesse público (como transporte, urbanização, infraestrutura, educação de viés profissionalizantes, saúde e afins), que se tornam, na lógica da acumulação do capital, importantes para garantir condições viáveis de desenvolvimento da economia capitalista.

No contexto de crise, os efeitos da estagnação econômica atingiram diretamente as condições de sobrevivência da força de trabalho, isto porque os trabalhadores foram impactados com a onda de medidas reorganização do esfera do trabalho, econômica e política, que desencadearam um movimento de precarização de vida e de trabalho do trabalhador, materializadas com o agravamento do desemprego, rebaixamento dos salários, contratações de trabalho instáveis e precárias, péssimas condições de trabalho. Os rebatimentos da crise econômica também reverberam sobre o padrão de vida de determinados segmentos sociais e no poder de consumo da população trabalhadora, onde diminuiu consideravelmente a capacidade de aquisição de bens e acesso a serviços na sociedade.

Na década de 1970, com o declínio o modelo de produção fordista, o processo de transição do regime de acumulação fordista para a adoção do padrão de produção flexível, apontado como um processo de introdução de métodos flexíveis de reordenamento das relações capitalistas e de organização baseado na adaptação da produção às necessidades dos mercados, garantiram condições conjunturais para o assentamento do modelo de produção apoiado em práticas produtivas, econômicas e políticas flexíveis e adaptáveis ao regime de acumulação do capital.

Nessa ótica, ao caracterizar o regime de acumulação flexível, Harvey ressalta que

a acumulação flexível [...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fortalecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 1989, p. 140)

Dessa forma, os princípios do modelo de produção flexível, baseado no modelo de produção *just-in-time*, consiste na implementação do sistema de produção organizada por meio de métodos racionalizados de organização do trabalho a partir da divisão do trabalho, controle de qualidade (com etapas de verificação da produção), sistemas de identificação das mercadorias, sem formação de estoques, produção diversificada (de acordo com a necessidade da demanda) e verificação de integração do consumidores. A estrutura do sistema de produção flexível concentra-se nos processos de controle da produtividade com o objetivo de racionalizar os processos de produção de forma que exista menos perda de mercadorias e diminuição dos custos com os meios de produção.

Nessa ótica, o padrão de acumulação flexível da década 1980, caracterizado pela adoção de medidas de reestruturação do trabalho fundamentado na flexibilização dos processos de produção, fazendo emergir novos padrões de produção relações de mercado, de trabalho, de consumo, da vida cultural e social, tiveram fortes efeitos para o desenvolvimento e impulsionamento da economia capitalista. O processo de expansão da modelo flexível, fortemente impulsionado pelo avanço do desenvolvimento das tecnologias de base informática e produtiva, desempenho diversas transformações na esfera da estruturação da produção das corporações capitalistas, aprofundando o acirramento das relações capitalistas, condições de trabalho e precarização de vida dos trabalhadores.

Posto isso, de acordo com o entendimento de Perry Anderson (1995, p. 11), para contornar os efeitos drásticos da crise do sistema capitalista que se alastrou na década de 70,

“[...] seria necessário uma disciplina orçamentária, com a contenção de gastos com o bem-estar, e a reestruturação da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” que, segundo a concepção neoliberal, corrente ideopolítica e econômica disseminada neste contexto histórico, a estagnação econômica estava atrelada ao fortalecimento sindical e organização da classe trabalhadora.

Nessa conjuntura, o surgimento de tecnologias com novas formas e funcionalidades na esfera produtiva, passaram a ter grande significado na definição do crescimento de capital, sendo estas ferramentas que definem, nas relações capitalistas, o aumento da acumulação capitalista e estabelecer os parâmetros do desenvolvimento da produção e acumulação capitalista. O modelo de produção flexível, ao estabelecer um novo padrão de produção, desenvolve práticas de organização da produção e de gestão do trabalho como forma de enfrentamento do desenvolvimento desigual da acumulação de capital, criando novas tendências de métodos de gerenciamento das relações de mercado, de trabalho, econômica e política e social.

Diante disso, mediante a insuficiência do sistema fordista-keynesiano para sanar as lacunas da economia capitalista, surge nesse contexto político-econômico as condições essenciais para a consolidação do modelo de produção flexível. Sendo assim, de acordo com a observação de Harvey (1989), existiam inúmeras fragilidades na relação econômica de mercado e no sistema produtivo, que se demonstrava contraditórias aos reordenamento organizacional do modelo de produção flexível, apresentando muita rigidez e burocracias e inflexibilidade nas bases organizacionais capitalistas.

Nessa perspectiva, ao caracterizar o momento de rigidez da estrutura organizacional do sistema econômico, político e produtivo, Harvey destaca que

por trás de toda rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital. (Harvey, 1989, p. 136)

Nesse momento, as políticas fiscais e monetárias injetadas por atores políticos-econômicos durante o processo de reestruturação das relações de mercados, se demonstraram muito frouxas e insuficientes, onde acabaram não surtindo efeitos na realidade econômica da época. O quadro de instabilidade da inflação das corporações, das taxas de

investimentos comerciais, somando ao aumento dos embargos comerciais, causaram impactos diretos nos preços dos insumos e matéria-prima, comprometendo, desse modo, todo o regime de produção capitalista.

Essa conjuntura de incertezas econômicas que permeiam as relações econômicas, fizeram com que houvesse uma série de mobilizações por parte dos capitais, que achavam brechas nas políticas produtivas, monetárias e fiscais possibilidades de ampliação comercial.

Nessa perspectiva, Harvey (1989) afirma que

esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala - ao mesmo tempo que dependeram dela. Em condições recessivas e de aumento da competição, o impulso de explorar essas possibilidades tornou-se fundamental para a sobrevivência. O tempo de giro - que sempre é maior uma chave da lucratividade capitalista - foi reduzido de modo drástico pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como sistemas de gerenciamento de estoques “just-in-time”, que corta drasticamente a quantidade de material necessário para manter a produção fluida). Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo. (Harvey, 1989, p. 148)

No regime de acumulação flexível, os capitais adotaram um conjunto de métodos, técnicas e sistema de racionalização da produção, que determina por meio da fiscalização e controle do trabalho a qualidade, eficiência e durabilidade da produção das mercadorias, conferindo a garantia do tempo de rotatividade, tempo de vida útil e garantia de consumo a fim de não existirem perdas da produção.

Nesse sentido, a implementação de novas técnicas de gerenciamento e meios de reordenamento produtivo no regime de produção flexível, alteraram, de modo geral, todo o funcionamento e organização das relações produtivas e comerciais capitalistas. Esses métodos, inicialmente, não surtiram efeitos desejados a determinados segmentos capitalistas, visto que houve dificuldades de apropriação e adaptação das economias às medidas flexíveis de produção (seja pela fragilidade do mercado, seja pela crise produtiva), se tornando, nesse momento, um obstáculo para o suprir o déficit existente de incorporação das modalidades operacionais e organizacionais flexíveis.

Nesse processo, as tecnologias e seus recursos tiveram um papel primordial nas relações capitalistas, sobretudo porque esses mecanismos, ao serem incrementados na esfera da produção flexível, contribuíram efetivamente com a estruturação dos métodos de racionalização e diversificação da produção, conferindo saltos altíssimos da produção e acumulação do capital. Nesse momento, houve também um amplo movimento de integralização e diversificação dos nichos de investimentos associados ao grande capital, no

qual os capitalistas, com intuito de conferir o aprimoramento e valor a produção de capital, intensificando a apropriação das capacidades dos recursos técnicos e operacionais para controlar os ritmos de seus ganhos.

No modo de produção capitalista, o uso das tecnologias e sistemas operacionais nos processos de trabalho se tornaram fundamentais na acumulação flexível, uma vez que tais avanço técnico contribuiu com a transformação dos processos complexos na economia de mercado, tornando as práticas produtivas diversificadas e aceleradas, configurando o redimensionamento e ordenamento da força de trabalho por meio do controle e da subordinação da produtividade a gestão dos algoritmos computadorizados. Sendo assim, o avanço das tecnologias no processo de acumulação capitalista contribuiu com o progresso e consolidação do sistema de acumulação capitalista, restabelecendo as novas formas de gerenciar, de conduzir, se operacionalizar, administrar a produção e os déficits dos sistemas de acumulação do capital.

Nesse cenário, com a competitividade dos segmentos capitalistas, diante do quadro de reestruturação dos padrões de acumulação capitalista e aumento da utilização do potencial de uso das tecnologias, o avanço das tecnologias produtivas e comerciais se tornam determinantes para o desenvolvimento das relações de mercado e de trabalho, isto porque, na dinâmica da acumulação capitalista, as tecnologias contribuem diretamente com o controle da intensidade da produção de mercadorias produzidas pela força de trabalho, sendo esse processo essencial para a produção do capital e reprodução do modo de acumulação capitalista. Nessa perspectiva, de acordo com a análise de Harvey (1989), acerca da corrida das corporações pelo uso das tecnologias, “o acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesse corporativo e descentralizados”. (Harvey, 1989, p. 151)

Nesse viés, compreende-se que, ao longo desses processos de reconfiguração das forças produtivas, o mundo do trabalho tem vivenciado constantes transformações advindas da adoção do padrão de acumulação flexível como estratégia de resolver contradições inerentes à manutenção da ordem capitalista.

Nas últimas décadas do século XX, as ferramentas tecnológicas de produção, usadas para ampliar a produtividade do trabalho, passaram a adquirir novas funcionalidades na condução de processos de trabalho e execução de diversas atividades produtivas, contribuindo com a ampliação das modalidades de controle da produtividade humana.

Além disso, o processo de automatização da produção e inserção recursos tecnológicos transformou o sistema produtivo, visto que, ao incorporar novas formas de ampliação da produtividade humana e flexibilização das modalidades de trabalho, o modo de produção modificou a dinâmica de produtividade e desenvolveu de novas modalidades de acumulação capitalista, gerando expulsão massiva dos trabalhadores, redução dos postos de trabalho, eliminação do trabalho humano e precarização das condições de trabalho.

Em relação às novas configurações postas para as relações de trabalho, o avanço das novas modalidades de trabalho acentuaram antigas formas de exploração do trabalho e de organização das forças produtivas reconfiguradas a partir da constituição de novas práticas de exploração da produtividade e dominação capitalista. (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021) Diante disso, com o reordenamento das forças produtivas, o capital estabelece as condições objetivas de trabalho, determinando novos requerimentos e novas solicitações de intervenção que se tornam voltadas para controle institucional e seu gerenciamento do trabalho.

Nessa perspectiva, ao analisar as inovações tecnológicas no processo de desenvolvimento do sistema capitalista, compreende-se que, na ordem do capital, os recursos tecnológicos e sistemas informacionais torna-se ferramenta de materialização da satisfação dos interesses da burguesia capitalista, uma vez que tais mecanismos contribuem com a geração de intensificação do capital, exploração do trabalho, desvalorização da força de trabalho, redução dos salário, agravamento das condições de vida e trabalho.

Dessa maneira, considerando o direcionamento das tecnologias a concretização das finalidades da burguesia capitalista no processo de exploração da força de trabalho para alcançar maiores chances de acumulação de lucro, torna-se necessário conceber novos sentidos de seu uso e novos direcionamento que concretize a satisfação das necessidades sociais e da classe trabalhadora.

Sob essa ótica, conforme argumenta Veloso (2012, p. 11) , “a tendência hegemônica de uso da tecnologia no âmbito do capitalismo tem sido a satisfação dos interesses da classe dominante, em detrimento das necessidades dos trabalhadores, acentuando as expressões da questão social”. Com isso, compreende-se que o direcionamento das inovações tecnológicas à conveniência de segmentos capitalistas, tem como o objetivo determinar o impulsionamento das forças produtivas no processo de trabalho, tornando tais recursos essenciais na intensificação da exploração dos trabalhadores e reprodução das desigualdades.

O crescimento das tecnologias no processo de produção capitalista, onde teve bastante notoriedade durante dos processos de reestruturação do capital em momentos de recessão

econômica, evidenciou a intensa necessidade cada vez maior dos capitais incorporarem na produção recursos tecnológicos avançados, especialmente em momentos de crise dos padrões de acumulação do capital, quando os capitais necessitam realizar grandes injeções de capital no sistema da produção para regular os níveis de lucratividade do regime de acumulação.

A reestruturação produtiva tornou possível a constituição de novas bases para divisão do trabalho, que modificaram os processos de trabalho e a forma como o trabalho é gerido, conferindo ao trabalho aspectos individualizantes, mecanizados e roteirizados por procedimentos informatizados e tecnológicos. Os impactos incididos sobre a classe trabalhadora são inúmeros, podendo ser visualizados através do cenário do aumento do desemprego estrutural, informalidade, terceirização, extinção dos postos de trabalhos, substituição do trabalhador por máquinas, diminuição dos salários, alteração e fragilidade das leis trabalhistas, redução dos direitos dos trabalhadores.

Sob essa lógica do trabalho, cabe salientar, outro fator importante, é que o aumento do uso das tecnologias na mediação do trabalho reverbera na condução da prática desempenhada pelos trabalhadores, visto que com a elevação de sua utilização no trabalho são estabelecidas novas requisições para sua condução, em detrimento da complexificação da operação dos processos de trabalho automatizados, gerando a necessidade de maior qualificação, especialização e aprimoramento das forças produtivas, culminando na seletividade dos trabalhadores, exigências absurdas de qualificação para determinados, precarização das condições de trabalho e aumento do desemprego.

Posto isso, visualiza-se o caráter estratégico das tecnologias no capitalismo, uma vez que tais inovações se tornam instrumentos que determinam a reorganização das forças produtivas e estabelecem a dinâmica das relações de produção, culminando no agravamento das condições de trabalho, na desvalorização das forças produtivas, diminuição dos salários e na precarização da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as.

A função estratégica das tecnologias para a intensificação do trabalho se materializa por meio dos processos de automatizados, o uso de métodos de controle do trabalho, estabelecimento de metas, entre outras formas, que são implementados pelos capitalistas para agilizar práticas laborais, atividades organizacionais e dinamizar operações de trabalho, cujo o objetivo se situa na necessidade de acelerar a produtividade, reduzir custos com a produção e força de trabalho humano. Nessa perspectiva, conforme salienta Veloso (2012, p.12), “o uso hegemônico da tecnologia encontra-se submetido aos interesses do capital, e os crescentes

processos de informatização e automação têm culminado na economia e na exploração do trabalho vivo”.

Nesse contexto, nota-se que com o desenvolvimento das inovações tecnológicas, as forças produtivas vem sofrendo com a forte tendência de aprofundamento da exploração da força de trabalho, ao mesmo tempo, que se fortalece uma intensificação das forças produtivas em função do impulsionamento dos níveis de extração da mais-valia. Dessa forma, entende-se que, nas últimas décadas, de maneira estratégica, o capitalismo tem investido e se apropriado dos avanços técnicos e científicos, sobretudo para capturar o tempo excedente do trabalho, visando a apropriação ampliada do mais-valor.

Posto isso, com o movimento de ampliação da automação das práticas produtivas, a partir da intensificação do uso de tecnologias e maquinaria, se desencadeou a elevação da expropriação do trabalho e valor produzido socialmente. Os processos de trabalho, ao serem automatizados, passam a ser gerenciados via sistemas operacionais informacionais e tecnológicos, e os trabalhadores, passam a ser inseridos ao ritmo produtivo e o aceleração de processamento das tecnologias, não respeitando mais suas limitações físicas e cognitivas, mais sim, ao ritmo conduzido pelas tecnologias, levando os trabalhadores ao esgotamento da força de trabalho.

Dessa forma, é válido abordar que o uso cada vez mais intensivo dos meios tecnológicos no gerenciamento dos processos de trabalho geraram também impactos para a classe trabalhadora, uma vez que esses recursos contribuem para a objetivação e estranhamento do trabalho, levando os trabalhadores a desempenhar meramente por desempenhar determinada operação, acompanhando o cada movimento ditado pelos mecanismos tecnológicos, fazendo com que não haja o entendimento acerca dos procedimentos totalizantes do trabalho, tornando com que os trabalhadores não compreenda a totalidade do trabalho coletivo na esfera da produção.

Nessa perspectiva, cabe salientar a estratégia do sistema capitalista na difusão de concepções *idealizada* acerca das inovações tecnológicas, que ocultam, na realidade, por trás da premissa *fetichista* da eficiência das tecnologias no processo de gerenciamento das práticas produtivas e da vida cotidiana, escondendo, nessa relação, o caráter exploratório das tecnologias enquanto forma de expropriação e domínio da capacidade humana (seja de natureza física, seja cognitiva) no sistema de produção capitalista..

Na sociedade capitalista, um dos maiores instrumentos de dominação do grande capital é o campo ideológico, utilizado, muitas vezes, de métodos propagandistas para gerar

difusão ideológicas e conformação social da ordem do capital, isto é, construindo ideologicamente, criando bases para contribuir com concepções utilitarista, tecnicista e mistificadora do desenvolvimento da inovação tecnológica, ao considerar, por exemplo, as tecnologias como meios que indicam o grau de desenvolvimento social e humano, causando medo, estranhamento e desconhecimento destes recursos.

Dessa forma, não se pode deixar levar pela lógica reducionista, tecnicista e mistificadora das tecnologias, já que tais percepções contribuem, com entendimento esvaziado dos fundamentos das inovações tecnológicas, desconsiderando os processos sociais e históricos do desenvolvimento técnico e científico da sociedade, por necessidade de melhoria e atendimento da vida social.

As novas tecnologias, de modo geral, quando utilizadas para a satisfação das necessidades coletivas, tendem a ser meios essenciais para a viabilização de práticas e grandes marcos de desenvolvimento na esfera social, política, cultural e econômica. Sendo assim, compreende-se que, apesar destes recursos serem fruto do desenvolvimento das forças humanas e produtivas, a utilização das inovações tecnológicas ocorrem de maneira funcional e estratégica na sociedade capitalista, visto que os seus incrementos não são usados para a satisfação das necessidades humanas, mas estão voltados a garantir privilégios de determinados grupos capitalistas em detrimento da satisfação de suas próprias aspirações.

3 SERVIÇO SOCIAL FRENTE À AMPLIAÇÃO DAS TECNOLOGIAS NA MEDIAÇÃO DO TRABALHO NA ESFERA PÚBLICA

O movimento de expansão das tecnologias nos processos de trabalho, aprofundado na década de 1990 com a crescente incorporação dos recursos tecnológicos nas práticas e atividades de trabalho na esfera pública, tornou-se mais evidente e indispensável diante da intensa necessidade de utilização das tecnologias nas rotinas de trabalho nas instituições públicas. O crescimento da utilização das novas tecnologias nos atendimentos e oferta de serviços públicos, sinalizado nas últimas décadas, constituem como uma medida por parte do capital e do poder público como forma de aumentar a gestão das práticas de trabalho, otimização das atividades e controle dos processos de produção.

Nessa perspectiva, as transformações que decorreram no aparelho do Estado na década de 1980-90 diante do agravamento da ordem do capital e relações de classes no cenário internacional, criaram condições para a consolidação de novas reconfigurações na estrutura do Estado e sua relação com a sociedade civil, estabelecendo novos arranjos funcionais e organizacionais através de diversas reformas institucionais do Estado como forma de estabilização da crise economia capitalista mediante os ordenamentos do Consenso de Washington 1995.

Nessa ótica, ao tratar do crescimento dos serviços públicos informatizados, torna-se necessário tratar dos dados apresentados pela pesquisa TIC Governo Eletrônico de 2023, realizada pelo *Cetic.br*, presente no Relatório do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, que aponta informações relevantes para identificar aumento da inserção das tecnologias de informação e comunicação os governos nas diferentes esferas pública.

Em 2023, de acordo com as informações e dados do presente estudo, nos órgãos públicos e estadual, foi constatado um aumento das tecnologias de Inteligência Artificial (IA) pelos governos, que passaram de 24% a 30%, ou seja, as tecnologias de IA tiveram um aumento significativo de 6% entre os anos de 2021 a 2023. Já no que se refere a adoção de redes de internet nas organizações federais e estaduais, cresceram de 18% para 27% uma diferença de 9% nos últimos 3 anos. Com isso, a pesquisa constatou que 49% das instituições públicas federais sinalizaram a adoção das tecnologias de Inteligência Artificial, enquanto 28% das das instâncias estaduais apresentaram crescimento na utilização dos recursos tecnológicos nas práticas institucionais.

Nesse segmento, diante da evidência dos dados e informações da pesquisa, nota-se que a aquisição dos recursos tecnológicos e informacionais depende de alguns fatores, dentre os quais destaca-se: 1) o nível de hierarquia institucional da esfera pública; 2) disposições orçamentária das instâncias públicas destinadas a investimento em inovações tecnológicas; 3) baixa abertura de contratação de operadores dos recursos da IA; e, 4) baixa prioridade das instituições públicas em realização de investimentos nas áreas desenvolvimento tecnológico.

Nesse segmento, a pesquisa evidência que a depender das diferentes esferas hierárquicas das instituições, as tecnologias de informação e comunicação crescem descentralizadas, mas de modo descentralizado, que pode variar de acordo com um conjunto de fatores no processo de incorporação das tecnologias na esfera pública.

Nesse viés, no que diz respeito à contratação de programas/serviços informacionais pelos governos da esfera pública, verificou-se que nas instâncias federais os recursos como e-mail representam (81%) e estaduais (59%) nos governos, enquanto a presença dos órgãos públicos nas redes sociais com páginas governamentais como forma de disseminação do acesso aos serviços, representa segundo a pesquisa (99%) dos órgãos federais e (93%) dos órgãos estaduais. Nesse segmento, os governos públicos também têm seguido no sentido da ampliação da prevalência dos serviços online através da utilização dos recursos de *website* institucional e páginas governamentais como forma de disseminação das informações institucionais, dos serviços e atendimento.

A seguir, segue abaixo a relação percentual de redes sociais com maior adesão pelas instituições públicas, no qual exemplifica o quantitativo de mídias sociais acessadas por órgãos governamentais na Tabela 1.

Tabela 1 - Percentual de redes sociais com maior concentração utilizados por órgãos públicos segundo o Relatório de Pesquisa de Governo Eletrônico do Relatório do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Brasil, 2023.

Instagram	89%
Facebook	72%
YouTube	67%
Whatsapp	52%
TikTok	14%

Fonte: Relatório de Pesquisa de Governo Eletrônico do Relatório do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), 2023.

No âmbito municipal, cerca de 91% das prefeituras municipais ofertaram a modalidade de serviços públicos informatizados via websites institucionais em plataformas digitais no ano de 2023. Nesse sentido, verifica-se a tentativa dos órgãos públicos municipais de ampliação de oferta de serviços virtuais no país. Diante do exposto, entre os anos 2021 e 2023, foram apertados um diversidade de serviços públicos virtuais com a disponibilização de emissão de documentos digital, comprovante de cadastro, licenças, permissões, consultas de processos, sendo totalizados de 58% para 65%, enquanto ao acesso de outros processos de acesso de consultas em órgãos jurídicos, administrados e jurídico de 50% para 58%.

Na atualidade de transformação do mundo do trabalho, o processo de crescimento da informatização dos serviços públicos no Brasil, com a ampliação do Governo Digital, que fornece atendimento e serviços públicos do governo em plataformas digitais. Nesse contexto, a expansão do Governo Digital e serviços públicos informatizados se expressam com o desenvolvimento de diversas plataformas governamentais, como o "Meu Gov.br", "MeuINSS", "CadÚnico", "e-Título", Carteira de Trabalho Digital, Meu SUS Digital, "DataPREV", entre outros serviços públicos digitais disponibilizados, que são ofertados pelo poder público com o objetivo de redução do orçamento e racionalização dos processos da administração pública, fazem parte do processo de redução do intervencionismo do Estado e implementação do Governo Eletrônico público na realidade do trabalho.

Considerando a exposição dos dados, a pesquisa aponta também para as principais formas dos governos de acesso aos serviços e atendimento virtuais, constando o cadastro eletrônico dos sistemas institucionais sendo os mais utilizados, estabelecendo a integração dos dados de identificação e reconhecimento governamental da população atendida. Na esfera federal, de acordo com a presente pesquisa, constata-se a prevalência das modalidades de login institucional (totalizando 42%) e no acesso do login pela plataforma governamental do *Gov.br* dos governos (totalizando 32%).

Posto isso, as plataformas digitais a partir da coleta e integração dos dados e informações dos usuários, oferecem serviços pelas plataformas eletrônicas do governo. Nesta modalidade de atendimento do serviço público, os/as próprios/as usuários/as dos serviços operacionalizam os procedimentos de acesso ao sistema institucional, realizam cadastros, preenchem formulários, enviam documentos, emitem documentos digitais, entre outras operações de serviço, com a utilização apenas da senha e o número de Cadastro da Pessoa

Física (CPF) ou número de identificação da Carteira de Identidade para obter acesso ao sistema institucional.

O avanço das tecnologias nas organizações de trabalho e nos serviços públicos com o crescimento da adoção do Governo Eletrônico público, crescente nas últimas décadas, desenvolveu possibilidades para o desenvolvimento da ampliação dos avanços tecnológicos na esfera dos processos de trabalho e no reordenamento do trabalho na produção.

Dessa modo, a origem do Governo Eletrônico, impulsionado pela evolução tecnológica e informacional com a expansão da internet, caracterizado por uma gama de serviços públicos disponibilizadas no âmbito público informatizado, tinha por objetivo do Estado estreitar a relação do Estado com sociedade civil para a concessão da oferta de serviços públicos e práticas do governo na sociedade.

Diante disso, conforme ressalta Mesquita (2019), a medida que as inovações tecnológicas e recursos informacionais avançaram, construíram-se a partir disso, novos contornos para armazenar, gerenciado e ordenar o processo da distribuição dos indivíduos no âmbito diversos segmentos institucionais, intensificando ainda mais a aderência dos instrumentos digitais.

A priori, a constituição do projeto de governo eletrônico partiu das orientações dos segmentos do mercado privado, inspirado nas vertentes *Reinvention Of Government*, que rege os paradigmas neoliberais dos governos internacionais. O modelo preconiza a garantia da satisfação, eficiência da oferta de serviço público, com redução de orçamento com os gastos públicos por meio da disseminação e propagação dos serviços públicos digitais.

Na metade da década de 1990, a prestação de serviços ofertados através da internet é compreendida pelo acesso do "e-gov", dado a característica de governo ampliado na concretização da oferta de serviço público. No entanto, em alguns contextos, é caracterizado pelo "e-serviços públicos", usado para a prestação de serviços eletrônicos pelo governo digital, conforme salientam as autoras (Miranda; Cunha, 2013).

Nesse viés, a respeito dos serviços públicos, as centrais de atendimento e prestação de atendimento na internet nas plataformas governamentais possuíam sigla e terminações diferentes, porque dependendo da implantação dos serviços em cada estado e região, o atendimento digital era oferecido com o objetivo de prestar serviços com agilidade e atender as demandas da população com praticidade, gerando uma menor demanda para os serviços públicos presenciais, uma diminuição dos custos com recursos públicos, como material, contratação de servidores públicos e com concessões de direitos trabalhistas (como

bonificações, concessões de férias, etc), aumentando as possibilidades de redução de gastos do fundo público e redução do alcance da esfera pública.

Na década de 1990, com a reestruturação do Estado sobre a égide do capital financeiro, o poder estatal adota novas práticas de governos atrelados à inserção de uma política de governo pautada na inovação tecnológica e desenvolvimento tecnológico, onde torna-se estratégico a redução do alcance público com as condições com demandas sociais. Contudo, com o decorrer das décadas de 1990-2000, os órgãos governamentais trataram de iniciar o processo de migração progressiva dos serviços públicos para os sites de seus órgãos, tornando-se plataformas digitais de serviços públicos, sendo os seus serviços fornecidos de acordo com a necessidade de cada território nacional.

Nesse sentido, o crescimento do governo digital tem se tornado o responsável central pela governança eletrônica de serviços públicos de um país. Dessa forma, o uso da tecnologias da informação e comunicação e Sistema de informação, ou mesmo hesitação em usá-la, podem acarretar em implicações diversas nas relações socioculturais, uma vez que estes mecanismos contribuem efetivamente com a integração e diversificação das nações, gerando um movimento de interconexão cultural importante na sociedade moderna.

Assim, como coloca Miranda e Cunha, ressaltar que

a legislação implementada, a definição de políticas tecnológicas de inovação, e o estabelecimento de padrões nacionais e/ou adequações à internacionais, os projetos e políticas de implementação de infraestrutura, combinados a prática cotidiana de tecnologia pelas esferas de governos, configuram a particular sociedade da informação que o Brasil constrói. (Miranda; Cunha, 2013, p. 545)

No Brasil, a primeira utilização das tecnologias no âmbito da gestão pública decorreu na década de 1960, quando houve um processo de implementação de sistemas de gerenciamento, processamento e operacionalização de armazenamento de dados da população com a premissa da eficiência e desburocratização dos serviços públicos.

Nesse viés, compreende-se que a implantação do governo tecnológico no país como um processo de intervenção que transforma os campos técnicos-organizacionais articulados com as tendências produtivas, políticas e econômicas globalizantes dos países. Por outro lado, o aumento do uso das tecnologias por segmento público e privado demarcam a tendência do desenvolvimento econômico capitalista a partir da ampliação da adoção dos recursos tecnológicos e informacionais, com a crescente expansão das ofertas de serviços

públicos digitalizados com alta capacidade de captação financeira e utilização de dados e informações dos usuários com o objetivo de identificar e conhecer o perfil populacional.

Sendo assim, torna-se importante ressaltar que "o uso digital, como suporte da informação, teve nas TICs a base para o desenvolvimento relacionado a um "novo paradigma calcado na coleta massiva de dados (dataficação), ao processamento inteligente por meio de algoritmos e sistemas de inteligência artificial e à oferta de serviços personalizados e moduladores de comportamentos, sobretudo por meio de aplicativos (apps) para cada vez mais atividades (construindo uma 'appzação de tudo')". (Valente, 2021, p. 180)

Essa investida do poder público exemplifica uma tentativa do Estado de cada vez mais reduzir suas responsabilidades constitucionais sociais para a garantia dos interesses de mercado. Nesse viés, conforme com Mesquita (2019, esse processo marca o movimento do Estado para a ampliação do uso das inovações tecnológicas expressas alguns elementos, dentre os quais se destacam o fato do governo, nas últimas duas décadas, se tornaram grandes consumidores de TI e seus serviços tecnológicos. Esse processo, portanto, produz impactos diretos na relação economia de mercado capitalista, uma vez que, ao se tornar um consumidor das tecnologias dos setores do capital, o poder público atua também sobre a condição do capital, já que o detentor dos meios de inovações tecnológica, em sua maior parte, não é o Estado, mas sim o capital privado.

Nesse sentido, algumas plataformas de serviços, desenvolvidos por instituições governamentais, em parcerias com organizações privadas, ainda demonstram o hegemônico projeto neoliberal de interesses com a lucratividade empresarial, isto porque, intencionalmente, redimensionam as políticas públicas governamentais a serventia dos interesses do sistema econômico capitalista, não para oportunizar o acesso aos direitos da população, mas garantir a satisfação dos interesses do grande mercado tecnológico e empresarial capitalista.

O processo de ampliação dos serviços públicos virtuais no país ocorre em conjunto ao crescimento da política neoliberal em função das implementação de medidas econômicas para tentar contornar os reflexos e os rebatimentos da crise do capital, impulsionando o desenvolvimento do sistema econômico, que permite que os setores econômicos - principalmente as corporações ligadas a produção tecnológica e demais mercados econômicos, utilizem dos recursos das tecnológico e informacional, como forma de desenvolver estratégias de impulsionamento da lucratividade dos setores econômico e desenvolvimento das inovações tecnológicas.

Por outro lado, destaca-se a conjuntura trabalho diante do aumento da oferta de serviços e atendimentos públicos mediados por tecnologias da informação e comunicação durante a pandemia da covid-19, que causou diversos impactos na esfera do trabalho, especialmente em função da adaptação do trabalho presencial pelas atividades de trabalho nas modalidades remoto ou teletrabalhos, possibilitou a maior lucratividade empresarial, mesmo diante do cenário pandêmico, devido a maior produção do trabalho com a maior ampliação do tempo da jornada de trabalho, flexibilização das condições empregatícias, maximização da produção do trabalho não computada e o precarização dos direitos.

Nesse sentido, segundo as proposições de Raichelis (2022),

o processo próprio do modo de produção no sistema capitalista na "era digital" foi potencializado com a pandemia da covid-19, cenário que as TICs tiveram sua maior adesão nas mais diversas modalidades de atividades de trabalho - remoto ou teletrabalho - nas de produção materiais ou imateriais, que acabou se tornando um grande laboratório para o capital e seus representantes no aparelho de Estado, viabilizando a ampliação da produtividade do trabalho mediante a redução do trabalho vivo e a maximização do trabalho morto; além da diminuição dos custos de trabalho e o aprofundamento das estratégias de controle e vigilância; e a destruição de direitos e conquistas da classe trabalhadora”. (Raichelis, 2022, p. 8)

Além disso, a relação do aumento e ampliação dos serviços públicos digitalizados nitidamente durante a pandemia do covid-19 em função das medidas de isolamento social e a suspensão de vários serviços públicos ofertados presencialmente acirraram o aumento dos serviços digitalizados em plataformas digitais. No cenário pandêmico, associado ao cenário de crise do capital no quadro mundial, notou-se, além do crescimento significativo da ampliação das tecnologias no governo informatizado e da oferta de serviços públicos eletrônicos, a expansão dos serviços digitais por empresas privadas que tiveram que adaptar suas estratégias de mercado para impulsionar os negócios, o que gerou uma lucratividade ainda maior.

De acordo com Almeida e Carmo (2022), a utilização das tecnologias na pandemia significou a intensificação das formas de extensão do trabalho dos profissionais nas

organizações empregadoras, isto porque os profissionais mesmo diante das medidas de isolamento e distanciamento social, os segmentos capitalistas e órgãos públicos continuaram oferecendo os serviços através das modalidades do teletrabalho e trabalho a distância. Nessa perspectiva, compreende-se que, a depender da necessidade e exigências das relações econômicas, os recursos tecnológicos tendem a intensificar o trabalho de acordo com as necessidades de produção e acumulação do capital.

Sendo assim, a necessidade de ampliação de formas de acesso aos recursos tecnológicos que favorecem a inclusão digital e a democratização do acesso serviços públicos digitais, torna-se importante para pensar na tecnologia como ferramenta de inclusão e os recursos por ela oferecidos como produto das transformações sociais, do trabalho, do campo de disputa ideológica e material que deve ser direcionadas a necessidade humanas e garantia do direito sociais

3.1 Análise da conjuntura de avanço da política neoliberal nas décadas de 1990-2000: ênfase nas transformações políticas-econômicas e o cenário de adesão das TICs na esfera pública

Com a mundialização da crise econômica capitalista, como forma de desenvolver respostas aos ordenamentos do mercado e as contradições do sistema de acumulação do capital, o Estado burguês adotou novas formas de condução do aparelho estatal através da constituição de reformas estruturais e gerenciais na esfera pública, atuando na redefinição da funcionalidade da máquina pública durante o período de agravamento econômico, político e social do cenário brasileiro. Nesse segmento, cabe enfatizar que, na ordem do capital, o Estado burguês atua como instrumento da burguesia capitalista, onde visa atender aos interesses do grande capital com a garantia das condições para a produção e reprodução do sistema capitalista.

Nesse viés, o movimento de reestruturação do sistema capitalista atingiu a organização e o funcionamento do Estado, conferindo a esfera pública novos modos operandi nas formas de atuação e gestão do poder governamental, com a aplicação de reformas estruturais no aparelho do Estado, que implicaram em mudanças na gestão, organização e condução das atividades públicas, configurando as práticas de trabalho do setor público e estabelecendo novos condicionamentos organizacionais-operacionais (com a instalação de métodos de reordenamento do trabalho) e técnico-operacionais (inserção de sistemas institucionais de gestão, administração e execução da produtividade) para a execução do trabalho profissional sob os ditames institucionais.

Na década de 1980, o país experienciou o avanço do neoliberalismo, marcado por uma ofensiva neoliberal de implementação de políticas econômicas de contrarreforma nas estruturas do Estado, tornando-se um momento de intenso desmonte das instituições públicas e redução dos direitos sociais. Nessa perspectiva, conforme a compreensão de Anderson (1995), o neoliberalismo consiste em um pacote de medidas políticas, econômica e social, em forma de reformas estruturais e gerenciais, que partem da premissa de limitação da intervenção do poder público sobre a esfera social-econômica, gerando agravamento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora com objetivo de assegurar as condições de acumulação do capital e exploração da força de trabalho.

Dessa maneira, o crescimento da política neoliberal na sociedade capitalista, dentre alguns outros aspectos, demonstrou-se contrárias às aspirações das forças progressistas e democráticas, conferindo um componente ideológico e reacionário contra a disseminação de movimentos democráticos e de perspectivas revolucionárias. Segundo a análise de Miranda e Paiva (2021), o neoliberalismo tornou-se uma medida das forças políticas e econômicas de administrar a crise do modo de produção e acumulação capitalista, especialmente nos países de capitalismo desenvolvido, como forma de superação dos efeitos da deflagração econômica e estabilização dos padrões de acumulação do capital.

Sendo assim, o programa neoliberal pressupõe a limitação da intervenção do aparelho do Estado nas questões econômicas e nos gastos públicos, enquanto, por outro lado, necessita de instrumentos de controle das organizações sociais e sindicais, que, segundo a concepção neoliberal, se tornaria um impedimento para o desenvolvimento da economia de mercado e do sistema de produção capitalista.

O avanço do neoliberalismo nos governos de países de capitalismo considerado avançado, conferiu a ação do Estado ao direcionamento da satisfação dos interesses e atendimento das necessidades do desenvolvimento da economia capitalista, com a adoção de políticas de regulação fiscal, elevação da taxa de juros, de isenção de imposto dos grandes capitais nacionais, controle monetário, concessões fiscais; assim como, medidas de privatização das instituições públicas (sobretudo, vinculadas à indústria de base), e de austeridade do governo, com cortes de gastos públicos com áreas sociais (como saúde, educação, assistência social, previdência social, habitação) como forma de garantir a redução da intervenção do Estado e assegurar o redirecionamento do poder público a satisfação das necessidades de regulação do mercado econômico.

É importante destacar que, no modelo de Estado fundamentado no ideário neoliberal, a atuação do poder do Estado acontece mediante a aplicação das diretrizes de estabilização do mercado capitalista e regulação das relações capitalistas com o princípio de desenvolvimento do sistema econômico. No entanto, o Estado tende a efetivar formas de controle social, de fragilidade do trabalho, desregulação das relações trabalhistas, e redução dos custos públicos com o desenvolvimento social, desencadeando um forte agravamento das condições de vida e de trabalho.

Assim, ainda conforme Miranda e Paiva (2021), o neoliberalismo, ao promover transformações na organização da sociabilidade capitalista, determina novos padrões econômicos, políticos, sociais e culturais, que alteram diferentes esferas da realidade social, tendo maiores expressões na esfera da vida coletiva e no comportamento dos sujeitos sociais. Tais mudanças, portanto, perpassam as dimensões das relações sócio-econômicas, políticas e culturais, tornando-se evidente na dinâmica das interações coletivas e individuais.

O processo de contrarreforma do Estado, movimento de iniciativa do Estado burguês com a constituição de um conjunto de práticas de reconfiguração de tendências globais, orientadas pelas recomendações internacionais do Consenso de Washington, realizadas nas instituições públicas pelo poder governamental, torna-se fundamental para a reorganização do poder público aos ditames do capital internacional e reorientação das funções institucionais no âmbito do serviço público.

O movimento de reforma da estrutural do Estado tinha como objetivo incorporar tendências internacionais diante do processo de reestruturação da produção do capital, durante o período pós-crise do capitalismo na década de 1970-80, como meio de superação da crise econômica e endividamento público que alastrava no cenário global. Desse modo, a proposta de reforma das configurações da estrutura do poder público emerge na conjuntura de crise do modo de produção, que começa a partir da década de 1960 a 1970, com indícios de esgotamento das bases de acumulação do capital.

Nessa ótica, conforme ressalta Oliveira (2011, p. 133), “a reforma do Estado deve ser analisada como parte de um processo histórico e conjuntural de crise do capital nos anos 1970, reestruturação produtiva, mundialização do capital e redução do papel do Estado”. Nesse segmento, o esgotamento do padrão de acumulação do capital, exemplificado pela elevação de tendência de queda do lucro, redução da produtividade, aumento da taxa de desempregados e o agravamento da dívida pública, sinalizava o declínio do modelo de acumulação do capital.

O cenário de crise capitalista colocava em risco a hegemonia do sistema capitalista de produção e acumulação, uma vez que o colapso econômico da década de 1970, significava também um indício da queda da sociedade burguesa capitalista na qual as relações sociais se fundamentam pelas relações de produção na ordem burguesa. Nesse viés, Oliveira (2011, p. 134) salienta que “a crise dos anos 1970 assumiu uma roupagem econômica - haja vista a estagnação do modo de produção capitalista -, social, política, uma vez que teve rebatimentos sobre o projeto de classe hegemônica, o da burguesia, e a legitimidade política e cultura do sistema capitalista”.

Nesse contexto, com a crise do modelo de acumulação capitalista, diante da necessidade de estabelecer novas medidas de reprodução do capital e reestruturação dos padrões de produção capitalista, emerge novos moldes “flexíveis” para o regime de acumulação, que propunha novas formas de organização e reajustamento da estrutura sistêmica da produção e reprodução da vida social na ordem do capital. O processo de reestruturação produtiva pode ser considerado como um conjunto de práticas produtivas, sociais, políticas e econômicas, aplicadas em contexto de colapso do modo de produção capitalista.

Ainda segundo o intelectual Oliveira (2011),

a reestruturação produtiva não deve ser entendida apenas como um processo de reestruturação econômica e tecnológica do capital, nestes termos não seria possível apreender o verdadeiro sentido da acumulação capitalista, que é a reprodução da totalidade da vida social. (Oliveira, 2011, p. 134)

Dessa maneira, a reestruturação produtiva do capital, baseada no modelo de acumulação flexível, prisma alcançar mesmo que por curto período de tempo, uma certa estabilidade dos ciclos de acúmulo do capital, ao mesmo modo, que pretende gerar tendências de desemprego estrutural, maiores capacidades de exploração da força de trabalho, formas de flexibilização dos contratos de empregos, ampliação das modalidades de contratação, redução de direitos trabalhistas, buscando assegurar maiores chances de acumulação capitalista e menos custos aos capitais.

No modo de produção flexível a lógica do trabalho consiste na intensificação da produtividade por meio da redução do incremento humano, isto é, mantém-se a capacidade da produção com menos força de trabalho nos processos, enquanto tem-se o aumento da inserção de mecanismos tecnológicos como método de maximizar a capacidade da produção com técnicas de processamento e gerenciamento do processo de trabalho.

Nessa relação, as tecnologias transformam-se em ferramentas úteis aos capitalistas ao garantir condições concretas de materialização da satisfação das necessidades de produção e reprodução do capital. Nos anos 1980, com o Consenso de Washington, acordo político-econômico entre países de capitalismo emergentes, onde é imposto um conjunto de diretrizes e recomendações de reconfiguração estatal, o Estado brasileiro adota diversas medidas de reformas institucionais como meio de vencer a crise capitalista e impulsionar o desenvolvimento econômico. Esse conjunto de incumbências, no entanto, podem ser compreendidas como um programa de práticas organizacionais das estruturas do Estado mediante o enfrentamento da crise econômica capitalista e a superação da redução das taxas de lucro do mercado econômico.

No Brasil, a contrarreforma do Estado, com fortes aspirações neoliberais, ocorreu em meados da década de 1990 durante a consolidação do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com a implementação do projeto reformista do aparelho estatal, expandido mediante de uma conjuntura global política-econômica de agravamento da situação inflacionária e crise econômica do país.

No governo do presidente FHC, marcado pelo compromisso do Estado com a agenda econômica e retrocesso nas dimensões interventivas do poder público, a política interna centralizou-se seus esforços no controle da inflação, pagamento da dívida pública e no alcance da estabilidade econômica por meio da aplicação do programa de reformas e políticas econômicas, onde foram orientadas por paradigmas neoliberais no qual a finalidade era colocar os interesses de mercado acima da máquina pública.

Nesse aspecto, Oliveira (2011) argumenta que

o governo de Fernando Henrique Cardoso mostrou-se um adepto do projeto político-econômico capitaneado pelo grande capital financeiro internacional. Em seu governo colocou em pauta os preceitos neoliberais. Ideologia que se esforça no plano macroeconômico para superpor o mercado ao Estado, a esfera privada à esfera pública. (Oliveira, 2011, p. 38)

Ainda nesse sentido, conforme argumenta Ferrarez (2022), acerca do processo de contrarreforma do Estado no país

registrou-se um intenso processo de privatização de empresas estatais brasileiras através de ações que caracterizaram a entrega de parte do patrimônio público ao capital estrangeiro, com a “ilusão” de que era para o pagamento da dívida pública externa, gerando desequilíbrio da balança comercial, falta de investimento no país (fazendo com que o dinheiro fosse

para o exterior e não mais permanecesse no país) e, principalmente, agravamento do desemprego. As reformas de FHC, gerenciadas pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE), proporcionando uma adaptação passiva a lógica do capital e um desmonte proposital dos preceitos constitucionais. Acarretando, com isso, mudanças nas condições de vida e de trabalho dos “de baixos” (proletariado) e um Estado social condicionado ao controle das classes dominantes. (Ferrarez, 2022, p. 8)

Em 1995, o governo de FHC concretizou institucionalmente a implementação do projeto de reforma da administrativa do Estado, denominada de Plano Diretor do Aparelho do Estado (PDRAE), implementada pelo Ministério de Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), que consiste na incorporação de um pacote de políticas de iniciativa institucionais como forma de redefinir as funções do poder público e reordenar o gerenciamento da máquina pública aos moldes do capital internacional. O projeto de reforma da administração pública de 1995, apresentado pela proposta de administração desburocratizada e descentralizada de gestão de governo, partiu da premissa de modernização e realização de transformações na estrutura gerencial do Estado, buscando tornar a máquina pública mais eficiente e menos burocrática.

Sendo assim, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (1995), preconiza o seguinte:

considerando esta tendência, pretende-se reforçar a governança a capacidade de governo do Estado - através da transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão. (1995, p. 13)

Nessa vertente, embora o projeto reformista do governo de FHC propunha a ruptura com a burocracia estatal e a descentralização das práticas públicas, o que acontece de fato é uma investida de redução da intervenção estatal e delimitação da funcionalidade do aparelho do Estado, sobretudo em detrimento da ampliação das possibilidades de atendimento das necessidades econômicas e da desresponsabilização com as demandas institucionais da administração pública.

Com isso, ainda de acordo com as colocações do documento (1995) sobre a aplicação das medidas de reestruturação dos fundamentos do Estado

a reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse movimento. No plano econômico, o Estado é essencialmente um instrumento de transferência de

renda que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. Para realizar essa função redistribuidora ou realocadora o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça e igualdade, e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. (1995, p. 12)

Nesse sentido, visualiza-se a constituição de um modelo de Estado fundamentado nos princípios neoliberais de regulação das relações econômicas e no redirecionamento das práticas institucionais voltadas à intervenção máxima ao desenvolvimento das condições de crescimento do capital. Nessa ótica, diante do movimento de transformação do sistema de acumulação do capital, o Estado também reconfiguração das suas funções e papéis institucionais sob a égide do controle da crise fiscal do Estado, que seria desencadeada, segundo os defensores do projeto reformista, pela intervenção desmedida do poder público no desenvolvimento social e econômico.

Dessa maneira, os agentes políticos e econômicos acreditavam que o Estado deveria adotar um projeto de reformulação das configurações institucionais com o objetivo de reduzir a intervenção do poder público, especialmente no direcionamento orçamentário destinadas para o fortalecimento das políticas públicas e sociais, sendo possível essa ser visualizadas pela ofensiva das políticas neoliberais que promoveram intensos desmontes das instituições públicas na década no final da 1990 e início dos anos 2000.

O projeto de reforma da estrutural do Estado foi constituído também mediante o quadro histórico-político de questionamentos acerca das medidas de reformulação das funções do Estado, dado a emergência da crise econômica capitalista vivenciada pelos países de capitalismo emergentes. Discutia-se, portanto, a necessidade da construção de reformas de ajuste fiscal, a delimitação do papel do Estado na economia e no desenvolvimento social; o avanço na privatização das instituições públicas, como forma de fortalecer as estruturas organizacionais da esfera pública, e de abertura de mercados para a integração das economias mundiais, fazendo com que emergisse um projeto reformista com objetivos de redefinição da funcionalidade e intervenção do Estado no país.

Nesse sentido, conforme citado no Plano Diretor de Reforma da Administração do Estado (1995), com

a crise do Estado define-se então (1) como uma crise fiscal, caracterizada pela crescente perda do crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado do bem-estar social nos países desenvolvido, a estratégia de substituição de

importações no terceiro mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração pública burocrática. (1995, p. 10)

O programa de reformas estruturais e gerenciais da máquina pública, conforme apresentado no documento do PDRAE (1995), preconiza os seguintes objetivos

[...] são inadiáveis: (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, quando acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade dos serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (Brasil, 1995, p. 11)

Nesse viés, constata-se que o plano de reforma da máquina pública ocorre mediante o direcionamento da funcionalidade regulatória e coordenadora do poder público como agente facilitador do desenvolvimento das relações econômico e social, retirando do âmbito de suas atribuições e competências a responsabilidade fundamental de garantir a efetivação de práticas institucionais que não lhe competem.

Conforme salienta Oliveira (2011)

o plano diretor toma como base para as propostas contidas em seu texto o diagnóstico da administração pública brasileira. O real objetivo deste diagnóstico foi identificar o retrocesso que teria sido causado pela Constituição Federal de 1988, que, na visão dos redatores no plano, reduziu a capacidade operacional do aparelho do Estado brasileiro. (2011, p. 140)

Sendo assim, a proposta de reforma do Estado refere-se a consolidação da Constituição Federal de 1988, responsável por formalizar o compromisso do Estado com a implementação do Estado Democrático de Direito e com o desenvolvimento social, como causadora do aumento das burocracias institucionais e ampliação das funcionalidades do aparelho do Estado e das demandas da administração pública nos diferentes níveis de hierarquia institucionais, que levam a um intenso movimento de aprofundamento da dívida pública e aumento dos gastos da esfera pública, exigindo por parte do poder estatal maiores intervenções orçamentárias do fundo público e medidas de resolução das demandas no âmbito público.

No âmbito da administração pública, a reforma buscou romper com a cultura de gestão baseada em práticas burocráticas e patrimonialista presente na estrutura do Estado com o objetivo de instalar um modelo gerencial baseado na descentralização das ações públicas e a ampliação da eficiência estatal.

Nesse sentido, ainda segundo Oliveira (2011)

a reforma prevê também a diminuição da área de abrangência da ação estatal, de forma a limitar a ação do Estado apenas as áreas que lhe são próprias. Assim, a reforma tem como objetivo transferir para o setor público não-estatal dos serviços públicos não-exclusivos, por meio de um amplo programa de publicização que prevê a transformação de fundações públicas em organizações sociais, e para o mercado privado a produção de bens e serviços, através do processo de privatização das empresas estatais. (2011, p. 141)

No Brasil, a conjuntura de ascensão das políticas neoliberais, marcada por sucessivas realizações de reformas do Estado e medidas econômicas como forma de adequação das práticas da esfera pública aos direcionamentos do mercado diante da crise econômica do capital, contribuíram a implementação de um novo modelo de Estado reconfigurado ao ordenamento do sistema econômico.

Nesse viés, a reforma gerencial de 1995, tinha por finalidade elevar o profissionalismo e qualificação da administração pública através da aplicação de metas de descentralização e desburocratização das atividades do poder público. Nesse sentido, percebe-se que a proposta de reformulação da gestão pública concretiza a adoção de novos moldes de gerenciamento das funções públicas, conferindo à esfera pública um projeto de reforma que propunha reorganizar a forma de oferta dos serviços e do alcance dos atendimentos das entidades públicas do Estado.

Diante disso, o projeto reformista do Estado, baseado nos princípios do *New Public Management* (NPM), inspira-se nos preceitos da administração do segmento privado como método de gerenciamento das funções do poder público. O modelo de administração pública, fundamentado nos termos da Nova Gerência Pública, determina novos paradigmas para a gestão do governo sob os moldes do mercado econômico, concebendo a administração governamental o direcionamento da economia neoliberal, que estabelece novas tendências de reformas estruturais, ajustes institucionais, aplicação de mecanismos de ordenamento do governo, com ênfase na descentralização do poder público através da ampliação de formas que garantam a eficiência, praticidade e simplismo das competências do Estado.

Diante disso, conforme as considerações da intelectual Iamamoto (2003), na percepção do Estado, a ineficiência das práticas do poder governamental e o caráter

burocrático da máquina pública, fortaleceu a processo de adoção da propostas de reformulação da gestão pública, tornando possível a implementação do modelo gerencial voltado a descentralização do Estado.

Nesse viés, alguns dos pressupostos preconizados pelo projeto do modelo gerencial do Estado consistem na afirmação de que a máquina pública necessita aumentar a eficiência de suas ações, descentralizar as práticas do governo e desburocratizar os processos institucionais no âmbito público. Portanto, o Estado propõe um conjunto de alterações das configurações organizacionais através da inserção de mecanismos de gestão, administração e operação, baseado na flexibilidade dos processos como forma de ampliar a prevalência da gestão, maior desempenho das práticas, controle e responsabilidade institucionais; também a ampliação do uso dos recursos informacionais e tecnológicos, como modo de assegurar maior agilidade dos processos e disseminação de informação e divulgação dos serviços; e, por fim, o fortalecimento das funções, competências e melhoria da gestão governamental.

Com isso, analisa-se as implicações do projeto da reforma do aparelho do Estado sobre os processos de trabalho profissional, uma vez que essas medidas, ao serem incorporadas sob a lógica de gestão do mercado privado, tendem a estabelecer novas determinações as práticas de trabalho e as ações profissionais no processos de trabalho sobre o qual incide o direcionamento da intervenção a satisfação das necessidades produtivas no âmbito do Estado e do mercado econômico.

Desse modo, cabe mencionar que a incorporação dos preceitos do modelo gerencial, quando aplicado no âmbito da administração pública, incidem sobre as formas de intervenção do Estado e nos processos de trabalho das instituições públicas, no qual a introdução de métodos de organização, operação e gerenciamento do trabalho, inspirados nos mecanismos de controle do modo de operar da esfera pública, estabelecem ênfase ao aumento da produtividade, desempenho e eficiência das funções do Estado, negligenciando particularidades das intervenções profissionais nos processos de trabalho no poder público.

Sendo assim, a reconfiguração da máquina estatal pretendia eliminar o caráter patrimonialista e burocrático da gestão pública por meio da institucionalização de mecanismos de descentralização das práticas e atividades da máquina pública. No entanto, mesmo diante dos esforços para introduzir um modelo de gestão pública “reformada” e “modernizada” do poder público direcionada aos ordenamentos do mercado econômico capitalista, as iniciativas do governo não alcançaram a superação destas características da centralização das práticas da gestão governamental, tornando-se necessário a implementação

de diversas investidas de reestruturação do poder público para a regulação do mercado econômico capitalista.

Diante do conjunto de transformações ocorridas da esfera do trabalho, com particularidade na esfera pública com movimento de contrarreforma do Estado, também implicou em transformações na esfera da previdência social, conferindo novos arranjos de funcionamento para os benefícios previdência social, passando a constituir mecanismos de limitação e redução na concessão dos benefícios previdenciários no âmbito do serviço público, reduzindo a ampliação e alcance da cobertura previdenciária pública e incentivando cobertura da previdência privada, gerando maiores chances de arrecadação orçamentária destinadas para o desenvolvimento da economia capitalista.

Nesse contexto, com o avanço da ofensiva neoliberal no Brasil, o Estado tratou também de realizar a reforma trabalhista, que consiste em uma série de alterações do regime de Consolidação da Lei Trabalhista (CLT), responsável por constituir a formalidade legal das relações entre trabalhador e capitalista. Nesse segmento, a reforma trabalhista significou inúmeros retrocessos na garantia dos direitos trabalhistas, desemprego estrutural, diminuição dos salários, precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores.

Nesse segmento, se para os trabalhadores a medidas de reestruturação do capital significaram desmonte das conquistas sociais e trabalhistas, em contrapartida, para a burguesia capitalista, as iniciativas de reformas institucionais significaram maiores possibilidades de estabilização da crise econômica, com a regulação das taxa de lucro, redução dos salários, formação do desemprego estrutural, maior flexibilização das formas de contratação das organizações, e desresponsabilização dos empregadores com os direitos trabalhistas.

Nesse aspecto, ao analisar o processo de reforma do Estado percebe-se que as medidas do poder público para a efetivação do projeto neoliberal no Brasil, que consubstanciam as reformas estruturais do Estado, foram orientadas pelos princípios e diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal da Lei Orçamentária do governo, no qual estabelecem métodos de controle de gastos e restrições do orçamento público para despesas do governo e critérios para injeção de recursos em áreas estratégicas, conduzindo o direcionamento das funções do poder público ao desenvolvimento dos segmentos econômicos e a redução das intervenções públicas nas políticas sociais.

Nessa conjuntura, as sucessivas medidas de reestruturação das configurações do aparelho estatal aos moldes das requisições de estabilização das relações capitalistas, esconde

por trás da premissa de modernização e reformismo, por meio da redução dos gastos públicos com as políticas sociais, desmonte dos direitos sociais, privatização das instituições públicas, e cortes orçamentário das despesas públicas, o tensionamento das forças econômicas no direcionamento das funções do Estado sobre o desenvolvimento econômico e a estabilização da sistema de acumulação capitalista.

O avanço da ofensiva de reestruturação na ordem do capital, acompanhado das tendências de tecnificação do trabalho e ampliação da informatização dos serviços institucionais nas últimas décadas, apontam para o surgimento de novas disposições para a esfera do trabalho profissional, que se materializa na realidade do trabalho através intensificação do trabalho, aumento das demandas sociais, redução dos postos de trabalho, diminuição das contratações, incidindo no aumento das funções, aumento das condicionamentos do trabalho profissional, que simboliza implicações para o exercício profissional alinhado ao projeto profissional do Serviço Social.

Nessa realidade, a profissão encontra desafios para a condução do trabalho profissional diante dos diversas imposições técnicos-operacionais na realidade do trabalho, que compromete diretamente efetivação do projeto profissional alinhado ao compromisso social com as classes subalternas, uma vez que cresce no interior dos processos de trabalho nas institucionais empregadoras os ordenamentos institucionais impostos por mecanismos de controle, gestão e operação das práticas profissionais de trabalho, que restringem no campo da intervenção a autonomia profissional e competências interventivas da profissão, que transformam-se cada vez mais direcionadas ao atendimento e satisfação dos interesses capitalistas.

Na esfera pública, o Serviço Social, enquanto profissão liberal e inserida na divisão sociotécnica do trabalho, enfrenta desafios na efetivação da atuação profissional no cotidiano de trabalho da profissão, haja vista que com o avanço das iniciativas de reestruturação do trabalho e a reorganização do aparato público, houve um grande movimento por parte dos governos para a implementação das política neoliberais, com a qual desencadeou uma onda de privatização dos órgãos, reformas administrativas, trabalhistas e previdenciárias, assim como medidas de contingenciamento orçamentário do governo nas áreas das políticas sociais, favorecendo um conjunto de transformações na forma de operar e gerenciar o trabalho dos profissionais do Serviço Social na esfera pública.

3.2 As dimensões interventivas do Serviço Social frente a ampliação do trabalho mediado por tecnologias

No cotidiano profissional, o Serviço Social, que possui um projeto profissional que defende a construção de uma nova ordem societária, depara-se com determinações institucionais de trabalho profissional devido os novos condicionamentos da prática profissional - materializados pela intensificação de sistemas de gerenciamento das práticas e recursos operacionais-tecnológicos - onde apresenta implicações para a efetivação das competências e atribuições da profissão, expressadas no Código de Ética Profissional de 1993, o qual fundamenta a ação profissional direcionada ao atendimento das demandas sociais e satisfação dos interesses da classe trabalhadora.

O Serviço Social, categoria profissional inserida na divisão sociotécnica do trabalho, em condição de assalariamento, cujo dependente dos meios de trabalho ofertado pelo seu empregador, tem encontrado na realidade do trabalho novas determinações para o processamento do trabalho e de novos condicionamentos para a condução do exercício profissional diante das sucessivas medidas de reestruturação do trabalho e o crescente avanço informático e tecnológico nas organizações iniciadas desde o final do século XX.

Nesse viés, ao analisar as incidências das tecnologias nos processos de trabalho na ordem do capital, enfatiza-se o compromisso ético-político da profissão alinhado à classe trabalhadora e a garantia dos interesses dos segmentos sociais subalternos. Posto isso, o projeto profissional, consolidado durante o movimento de reconceituação da profissão, emergente na década de 1960, no qual marcou o embate da categoria profissional contra a tradição conservadora presente na profissão, contribuiu com a construção do projeto profissional fundamentado na perspectiva da teoria social marxista e no materialismo histórico-dialético como base da formação profissional.

Na década de 1970-80, se estabelece os fundamentos da vertente teórica da teoria social e tradição marxista no Serviço Social, permitindo o avanço na apreensão do significado social da profissão, das contradições existentes nas relações sociais no capitalismo contemporâneo, e dos antagonismos presentes no imbricamento da relação entre capital e trabalho. Sendo assim, com a aproximação da profissão com a perspectiva da teoria social de Marx, marcando o rompimento da profissão com a tradição de matriz conservadora, fundamentada na orientação positivista, tecnicista, burocrática e funcionalista, o Serviço Social alcança um novo horizonte profissional baseado na premissa da emancipação humana

de toda e qualquer forma de opressão, exploração e dominação das classes sociais subalternas.

Em 1979, com o marco do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBASS), também conhecido como “Congresso da Virada”, se consolidou a ruptura do Serviço Social com a tradição conservadora da profissão. O projeto resultante do Congresso da Virada do Serviço Social, estabelece a profissão novos fundamentos de compreensão para a formação e exercício profissional, passando a considerar a profissão vinculada à viabilização dos direitos sociais e a satisfação dos interesses dos trabalhadores. Com isso, a constituição do novo projeto profissional, sustentado na teoria social marxista e no materialismo histórico-dialético, estabelece um conjunto de novos princípios e valores emancipatórios para o Serviço Social, concedendo à profissão um novo sentido da condução do exercício profissional e do fazer da profissão.

Desse maneira, o exercício profissional torna-se carregado de sentido ético, político, de valores e princípios emancipatórios, libertários, de justiça social, equidade, livre de formas de preconceito, discriminação e violência contra os sujeitos sociais, concedendo ao Serviço Social um determinado direcionamento e significado ao exercício profissional.

Sendo assim, a proposta do projeto curricular do Serviço Social, cujo os fundamentos presentes no projeto de formação marcam a constituição de novos fundamentos e direcionamentos para o horizonte do exercício profissional, conferindo o Serviço Social como profissão circunscrita na divisão sociotécnica do trabalho e a questão social como matéria de trabalho da profissão e a prática inseridas nos processos de trabalho. Com isso, sob a ótica de Yamamoto, o movimento de reconceituação do Serviço Social foi marcado por dois momentos importantes para a profissão: “a primeira é considerar a questão social como base de fundação sociohistórica do Serviço Social e o segundo é apreender a “prática profissional” como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho.” (1998, p. 57)

Esse avanço na forma de concepção do trabalho da profissão e do exercício profissional, significou modificações no modo de atuação profissional e entendimento do significado social da atuação, conferindo aos assistentes sociais novos sentidos de interpretação e de intervenção sobre as demandas sociais.

Nessa perspectiva, de acordo com a percepção de Yamamoto

a compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social, que informa a revisão curricular parte da premissa que decifra a profissão exige aprendê-la sob o duplo ângulo. Em primeiro,

abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na sociedade brasileira: em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e se desenvolveu no marco das forças societárias, como uma especialização do trabalho na sociedade, mas pensar a profissão é também pensá-la como fruto dos sujeitos que constroem e o evidenciam. Os sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua “prática” e constituem na criação de uma cultura profissional, historicamente circunscrita. (1998, p. 57-58)

O compromisso ético-político do Serviço Social com as classes sociais subalternas, podem ser evidenciado por meio do exercício profissional ao realizar a aplicação práticas das competências e atribuições com procedimentos técnicos-operacionais, fundamentando e articulando as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo na prática profissional, desenvolvidas durante o processo de formação e no fazer profissional, buscando alcançar a viabilização do acesso aos direitos sociais e potencialização da transformação social dos sujeitos.

Nesse viés, compreende-se, portanto, que é por meio da atuação profissional que a profissão com as mediações dos instrumentais técnicos-operacionais que o/a profissional expressa o significado social da profissão, que é dotado do que Iamamoto (1998) e Guerra (2000), denominam de intencionalidade do exercício profissional desempenhado no processo de respostas das demandas sociais.

Dessa forma, considerando-se a implementação dos sistemas informacionais e automatizados nos processos de gerenciamento do trabalho, cabe enfatizar que a efetivação das dimensões interventivas mediante os condicionamentos institucionais, determinadas nas organizações empregadoras para o processamento do trabalho, que tendem, na lógica da produção imaterial, intensificar a resolutividade das demandas institucionais e, do mesmo modo, reduzir a capacidades humanas e o aprimoramento das competências individuais, levando ao condicionamento e ao desempenho das práticas roteirizadas, tecnicistas, pragmática, metódica e reducionista do trabalho.

O compromisso da profissão, expressada também nos documentos do Código de Ética Profissional (1993) e da Lei de Regulamentação da Profissão (1993), significou um grande marco para a formação do Serviço Social com a conquista de projeto de formação comprometido do Serviço Social com a defesa dos valores de emancipação social e humana. Nesse sentido, tais princípios éticos-políticos norteadores da atuação profissional, conforme argumenta Iamamoto (2012), além de

indicar um novo modo de operar o trabalho profissional, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercício e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade "também demonstram, acima de tudo, o compromisso ético-político com a defesa dos direitos dos segmentos sociais minoritários e pela luta por uma nova ordem societária. (Iamamoto, 2012, p. 42)

Dessa maneira, o Código de Ética Profissional, baseado nos princípios éticos, políticos e valores emancipatórios, preconiza o compromisso da profissão com a defesa dos direitos sociais e humanos, libertários, de justiça social, ou seja, a condição de igualdade para todos, sem distinção de qualquer natureza, tendo por objetivo alcançar uma sociedade emancipada, com equidade e igualdade social para todos.

Nesse sentido, considerando as transformações do mundo do trabalho decorrentes do processo de reestruturação do capital, pode-se afirmar que o Serviço Social encontra-se desafiado a usar métodos e técnicas - como, por exemplo, mecanismos computadorizados, sistemas informacionais, programas operacionais, dentre outras ferramentas - sobre o horizonte profissional em seu exercício profissional e, ao mesmo tempo, oferecer respostas às demandas institucionais, direcionado constantemente a moldar sua prática profissional ao atendimento das requisições do trabalho, sendo esse um movimento contraditório ao exercício profissional no cotidiano profissional.

Desse modo, conforme ressalta Almeida e Carmo (2022, p. 9), “a prática profissional nessa conjuntura conduz o Serviço Social a reconfiguração de sua identidade, passando a depender de disposições de trabalho apropriados e de um processo de formação que seja capaz de atender as demandas postas”. Nesse contexto, o processo de constituição projeto profissional do Serviço Social ocorre mediante as contradições emergentes na década de 1990, com o cenário de desestabilização dos padrões de acumulação do capital e ofensiva das medidas de reestruturação do trabalho, onde o Estado burguês foi direcionado a adotar diretrizes e ordenamentos dos paradigmas da política macroeconômica neoliberal como forma de superação da crise econômica.

Com isso, cabe pontuar que o projeto ético-político da profissão, consolidado nos novos princípios e valores do projeto profissional, alicerçado no compromisso com a defesa de um novo projeto societário, convergindo diretamente ao projeto de ordem do capital, cujo se fundamenta na exploração dos recursos humanos e da natureza, na concentração da riqueza socialmente produzida, na produção e reprodução da desigualdade social, desemprego estrutural, precarização do trabalho e da vida humana.

Nesse segmento, a consolidação do Projeto Ético Político nos anos 1990, ocorreu diante de uma conjuntura de crise das bases de produção do capital, onde a aplicação de medidas de reestruturação da produção e o avanço das políticas neoliberais, marcaram uma avalanche de práticas de ajustes econômicos e de recuperação do sistema acumulação capitalista, acompanhando de um movimento de práticas de contrarreforma do Estado, onde foram aplicadas um conjunto de ações de privatização das instituições públicas, sucessões de reformas trabalhista, previdenciária e administrativa, assim como medidas de contingenciamento de gastos públicos e sociais, desmonte das políticas públicas (na assistência, previdência, saúde, educação, etc.), que tiveram fortes impactos na realidade da população e da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, segundo a análise de Abramides (2015), a crise estrutural de superprodução do capitalismo favoreceu a consolidação do modo de produção flexível, que intensificou o tempo de trabalho excelente da força de trabalho, levando a uma onda de desemprego estrutural e, em decorrência disso, criando novas modalidades de trabalho precarizado, com uma diversificação nas formas “flexíveis” de contratação da força de trabalho, ampliando as formas de jornada de trabalho e modalidades de contratação, possibilitando maiores formas de exploração e controle da classe trabalhadora no sistema capitalista.

No cenário brasileiro, Abramides (2015, p. 469) salienta que

as contrarreformas do Estado, da Previdência, do ensino superior, sindical e trabalhista, as privatizações, os ajustes fiscais para o pagamento da dívida pública e deslocamento para a esfera privada, ocorreram no governo FHC e prosseguiram nos de Lula e Dilma, com exceção contrarreforma do Estado constituído no governo FHC. (Abramides, 2015, p. 469)

Com isso, o quadro de acirramento político, econômico, social e das relações de trabalho, marcado por diversos retrocessos dos direitos sociais, com o desmonte dos direitos trabalhistas, ampliação da privatização do sistema previdenciário, desmonte da saúde pública, acompanhado do aumento do desemprego estrutural e agravamento da desigualdade social, evidenciado no contexto dos anos 90 no país, tornou-se de forte aspiração para o avanço do movimento das forças democráticas e progressistas, com forte pressão social frente ao enfrentamento do conservadorismo reacionário e a política neoliberal.

Nesse segmento, considerando essa conjuntura adversa de acirramento das relações de classe no sistema capitalista, cujo rebatimentos recaem sobre o Serviço Social no cotidiano de

trabalho, cabe enfatizar que a profissão encontra o sentido profissional mediante a realização das mediações interventivas da profissão no confronto das relações sociais, conferindo na realidade social possibilidades de transformação da vida dos sujeitos. Sendo assim, é nas relações de trabalho na ordem do capital que a profissão consegue efetivar o diálogo e articulação das competências das competências interventivas, sendo por esse meio desta também a forma que a profissão consegue efetivar as respostas às demandas sociais e requisições institucionais.

Com a nova realidade do mundo trabalho, principalmente após o cenário de pandemia da Covid-19, no qual as atividades econômicas e produtivas foram forçadas a paralisar o funcionamento, o capital teve que buscar saídas emergentes para com a implementação de um conjunto de transformações no mundo do trabalho para garantir a sobrevivência do capital a crise econômica capitalista, que se entendeu ainda mais com as medidas de isolamento social e paralisação das atividades comerciais. Nesse contexto, a estratégia das corporações capitalistas é adaptar as atividades de trabalhos a modalidades remotas, não presenciais e, na maioria dos casos, no atendimento a distâncias para garantir o funcionamento das práticas produtivas e de trabalho.

Nesse viés, diante da ampliação da diversificação das modalidades do desempenho do teletrabalho nas diversas esferas, isto é, o trabalho mediado por tecnologias, cabe refletir também acerca das limitações do trabalho desempenhado por os recursos informacionais (e-mail, maps, classroom, meet, entre outros) e tecnológicas (computadores, notebook, ipads, tablets e celulares), que refletem sobre a forma de interpretação da realidade, nas possibilidades da interação entre o profissional e usuário; no diálogo contato, nas possibilidades de escuta, da compreensão direta da demanda e realidade social.

Nesse sentido, cabe frisar a importância da constituição das dimensões interventivas do Serviço Social, cujo confere o significado social à prática, e aos profissionais, as competências e aptidões suficientes para subsidiar a intervenção profissional mediante uma determinada realidade profissional. Dessa maneira, a atuação da profissão alcança nas competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, aprimoradas no exercício profissional e adquiridas no processo de formação da profissão, a orientação necessária a condução da ação profissional, através dos subsídios teóricos-conceituais, sócio-históricos, técnico-metodológicos, como forma de fundamentar o fazer profissional a uma determinada intenção e finalidade de trabalho.

Nesse segmento, as dimensões interventivas da profissão formam os profissionais do Serviço Social as competências teórico-metodológica, ético-política e teórico-operativa para subsidiar o exercício profissional e elucidar a prática profissional no cotidiano da profissão. Sendo assim, a partir da articulação das dimensões profissionais, o Serviço Social alcança possibilidades de respostas às demandas e requisições institucionais, que emergem no cotidiano da profissão, concebendo capacidades e habilidades profissionais capazes de conseguir efetivar a ação profissional, a finalidade do trabalho e a direção social da profissão.

Desse modo, ao caracterizar as dimensões interventivas do Serviço Social, Guerra (2023) salienta que

como totalidade composta por partes que se integram, se autoimplicam e se autoexplicam, a profissão tem várias dimensões as quais não existem isoladas, nem se estruturam de forma hierárquica, ainda que cada uma possua uma função como totalidade parcial na constituição da totalidade maior que é a profissão. Refiro-me às dimensões teórico-metodológico, técnico-operativa, ético-político, investigativa e formativa. (Guerra, 2023, p. 44)

Nesse sentido, compreende-se a necessidade de diálogo das dimensões interventivas na prática profissional do Serviço Social, haja vista que a incorporação das competências fragmentadas podem causar implicações diretas no direcionamento e condução da ação profissional; nas respostas concretas e nos resultados da intervenção das demandas, podendo contribuir com o esvaziamento da prática profissional, conferindo a lógica da ação profissional pela mera ação profissional, sem de fato carregar o sentido e propósito ao fazer profissional, com de fato uma finalidade objetiva por trás do exercício profissional.

Dessa maneira, é necessário, então, estabelecer o diálogo entre as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, principalmente porque a separação destas competências podem contribuir com perspectivas de interpretação da prática profissional esvaziada do significado social da profissão, favorecendo a concepções que distanciam o exercício profissional do direcionamento ético-político do projeto profissional, conferido pelo Código de Ética Profissional de 1993.

Nesse viés, ao tratar das dimensões interventivas da profissão, compreende-se que a competência teórico-metodológica, em conjunto com as dimensões ético-política e técnico-operativa, constituem meios e métodos indispensáveis para a condução do fazer profissional sob a luz do horizonte da profissão, concedendo a capacidade de desvelamento do movimento da realidade com a articulação dos conhecimentos teóricos, conceituais, éticos, políticos, técnicos e operativos, conferindo aos assistentes sociais determinada qualificação

de atuação e apreensão das determinações do capitalismo e as contradições da realidade social. Sendo assim, o fundamento teórico-metodológico, conforme as proposições de Guerra (2023), trata-se da dimensão que confere à profissão a natureza da constituição da profissão, concedendo elementos teóricos-conceituais, que concebem significado e direção à formação da profissão.

Nessa perspectiva, no que diz respeito à dimensão ético-política da profissão, entende-se que esta competência confere aptidões para o direcionamento do exercício profissional sob a luz da direção do projeto profissional, por meio da viabilização do acesso aos direitos sociais da população e da classe trabalhadora. Nesse sentido, Pereira de Paula (2023), professora da Faculdade de Serviço Social (UFJF), argumenta que a competência ético-política é norteada por princípios e valores da profissão preconizados pelo Código de Ética Profissional do Serviço Social. Desse modo, a dimensão ético-política pode ser expressada na ação profissional, nos processos de trabalho, nas práticas críticas, reflexivas e interventivas do Serviço Social, cuja atuação profissional evidencie o direcionamento do projeto ético-político na condução profissional da garantia dos direitos sociais.

A dimensão técnico-operativo da profissão confere a capacidade de articulação do conjunto de técnicas e métodos operacionais (materiais e imateriais) de trabalho usados para alcançar determinada finalidade no fazer profissional.

Nessa perspectiva, conforme Pereira de Paula (2023) menciona o seguinte

[...] a dimensão técnico-operativo só se realiza em articulação com as demais, acionando a dimensão teórico-metodológica, no momento da análise da situação real para o desvelamento das demandas/requisições e a sua compreensão, e a dimensão ético-política, no posicionamento da e do profissional diante de suas escolhas no processo da sua intervenção. (Paula, 2023, p. 86)

Nas relações de trabalho sob a ordem do capital, ressalta-se a importância da articulação da prática profissional articuladas por suas dimensões interventivas, dados que a profissão do Serviço Social, frente aos avanços tecnológicos e determinações institucionais dos processos de trabalho, garanta a vinculação da profissão ao horizonte profissional fundamentado nas competências e diretrizes técnico-instrumentais, teórico-metodológica e ético-política.

Ainda de acordo com a perspectiva de Pereira de Paula (2023), os fundamentos das dimensões interventivas da profissão encontra-se na materialidade do exercício profissional, expressados por meio das ações práticas da profissão (como, por exemplo, planejamento, reuniões, entrevistas, visita domiciliar, orientação, encaminhamentos, estudos de caso, entre

outros), que compete ao exercício profissional, utilizados mediante a articulação das dimensões interventivas do Serviço Social.

Nos processos de trabalho, compreende-se que as tecnologias expressam a materialidade do projeto societário na ordem no capital, expressando a exploração das classes subalternas, produção da pobreza, precarização das condições de vida e de trabalho. Nessa lógica, o Serviço Social intervém mediante a vigência de um projeto de ordem retrógrada em seu íntimo, reacionária dos direitos sociais, reprodutora da miséria, da banalização da precariedade da vida e da exploração humana. Sendo assim, ainda de acordo com a compreensão Pereira de Paula (2023, p. 87) enfatiza que “os instrumentos são, dessa forma, os meios que preenchem a ação profissional do e da assistente social. São elementos que contribuem na passagem do objeto profissional - finalidade ideal - para a materialização da ação - a concretização real”.

Nesse contexto, é mediante a vigência da sociedade burguesa capitalista, cujo as forças políticas e econômicas atuam na manutenção da sua ordem, o Serviço Social atua no sentido contrário, como agente transformador das condições concretas da realidade social. O Serviço Social, categoria profissional na condição de trabalhador assalariado, força de trabalho disponível ao capital, não detentor dos próprios meios de trabalho, e circunscrito na divisão sociotécnica do trabalho, é demandado pelo empregador a responder às demandas sociais e requisições institucionais, que se expressam em uma dada realidade social com o acirramento as relações sociais e da relação entre capital-trabalho.

Nas relações de trabalho no sistema capitalista, o Serviço Social é constantemente tensionado ao pragmatismo, tecnicismo e burocracias institucional, a funcionalidade pragmática; visto que, na ordem da sociedade burguesa, a sociedade torna-se ditada pelo ordenamento do capital e os condicionamentos institucionais, que buscam cooptar a capacidade interventiva, contribuindo com a conformação profissional diante de dada realidade social.

Nesse viés, ao tratar da particularidade da intervenção do Serviço Social, Guerra (2023) salienta que a necessidade de intervenção da profissão emerge das necessidades da oferta de respostas à realidade social e das expressões da questão social. Nesse segmento, as habilidades e competência profissional, ao serem materializadas na realidade social mediante a uma dada intencionalidade, o Serviço Social adquire identidade profissional que confere a profissão a autoimagem profissional.

Conforme ressalta Guerra (2023, p. 44), a profissão do Serviço Social, enquanto “inseridas como especialização nesta mesma divisão do trabalho, a profissão responde a uma parcela das necessidades sociais, ao mesmo tempo em que tais respostas orientam por fundamentações teóricas-metodológica e tem implicações éticas-políticas”. Nesse sentido, compreende-se que o Serviço Social se constitui enquanto profissão necessária ao ordenamento institucional em detrimento das necessidades de respostas às demandas institucionais e mediação das determinações do aprofundamento das contradições das relações capitalistas.

Nesse segmento, Iamamoto (1998, p. 63) afirma que, a categoria profissional, “embora regulamentada como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. Isso significa que o Serviço Social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos ao exercício profissional autônomo”, ou seja, enquanto profissão inserida nas relações de trabalho na sociabilidade capitalista, a profissão se torna inclinada aos condicionamentos organizacionais, técnico-operacionais e institucionais implementados nos processos de trabalho como forma de controle do trabalho e subordinação do trabalhadores ao seu empregador.

No cotidiano da profissão, segundo Iamamoto nas relações capitalistas de trabalho, a profissão

ainda que dispondo de *relativa autonomia* na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na *organização da atividade*, do Estado, do emprego, entidades não-governamentais que viabilizem aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais trabalho do assistente social. Ela *organiza* o processo de trabalho do qual ele participa. (1998, p. 63)

Sendo assim, o Serviço Social é gerenciado e moldado aos ordenamentos do trabalho e a satisfação das necessidades institucionais, conferindo a prática profissional limitações e restrições que podem implicar na condução do exercício profissional sob a luz do horizonte profissional, o qual tem o compromisso ético-político com o atendimento das demandas sociais e dos trabalhadores. Na prática profissional, com o movimento crescente de tecnificação e incorporação de métodos tecnológicos-operacionais de organização dos processos de trabalho nas instituições empregadoras, os profissionais do Serviço Social tendem a apresentar incidências de práticas profissionais cada vez mais tecnicistas, burocráticas, funcionalistas e limitantes, de modo aligeirado, pragmático, baseado na lógica técnico-burocrata, roteirizada e processual da condução do trabalho, condicionadas a apenas

demonstrar produtividade das demandas e no atendimento das requisições das instituições empregadoras.

Nessa perspectiva, considerando as tecnologias como mecanismos de impulsionamento de produção e reprodução da acumulação capitalista, compreende-se os recursos tecnológicos e informacionais, que compõem os métodos e técnicas operacionais adotadas pelas corporações capitalistas, seguem a lógica de gerenciamento e racionalização da produção, exercendo o intenso controle dos processos de trabalho profissional, gerando diversos rebatimentos na forma de operar o exercício profissional, constituindo a profissão do Serviço Social restrições na sua própria forma de operar e conduzir a prática profissional sobre as diretrizes do projeto ético-político da projeto (fundamentado nas dimensões teórico-metodológica, ético-político, técnico-operativa), responsável por nortear a prática profissional a garantia dos interesses sociais e da classe trabalhadora.

A profissão do Serviço Social, cujo não constituir os meios de produção e execução do próprio trabalho, torna-se força de trabalho nas relações de trabalho na ordem do capital e, ao ser inserido na dinâmica dos processos de trabalho, tendem ser impactado pelas mesmas imposições que as demais categorias de trabalho, experienciando a exploração do trabalho, formas de gerenciamento e controle da produção, no caso do Serviço Social, na produção imaterial, na oferta dos serviços; aumento das requisições institucionais, que exigem a operação de várias funções e atividades de trabalho; redução dos postos de trabalho, como efeito do desmonte das reconfiguração da aparelho estatal e efeitos do avanço da política neoliberal; assim como, o acirramento das relações de classes e das contradições existentes na ordem do capital, surgem o aumento das demandas sociais e a complexidade das demandas dadas a uma determinada realidade social.

Essas possíveis incidências a prática profissional, portanto, tende a expressar o redirecionamento da ação profissional ao pragmatismo, funcionalismo institucional, e ao esvaziamento da prática, onde o fazer profissional torna-se esvaziado de intencionalidade e significado social, com respostas aligeiradas e prática esvaziada de aprofundamento e análise teórico-conceitual, caindo na lógica de “na prática, a teoria é outra”, ou seja, que as dimensões interventivas da profissão, na realidade social, não dialogam e não articulam entre si, gerando complicações no entendimento da prática e na condução do exercício profissional.

Nesse segmento, compreende-se que o avanço das incorporação dos mecanismos tecnológicos e informacionais, caracterizado nas relações de trabalho como meios de produção e mediação do trabalho, incrementado pelas determinações da organização

empregadora do Serviço Social, incidem sobre o direcionamento do trabalho profissional, implicando na implementação dos instrumentais do Serviço Social e no aprimoramento da instrumentalidade profissional, conferidas por meio das mediações das dimensões instrumentais, realizadas no interior das relações sociais, determinada mediante às condições objetivas e subjetivas da prática profissional dadas na esfera do trabalho.

Conforme Guerra (2000), a instrumentalidade do Serviço Social diz respeito à propriedade da profissão concebida e aprimorada no processo de respostas às demandas sociais, ou seja, a capacidade da instrumentalidade. Nesse sentido, a capacidade da instrumentalidade torna-se essencial para a transformação das condições objetivas, ou seja, é por meio desta capacidade da profissão, que os profissionais conseguem realizar modificações ou adaptações das condições postas pelas instituições empregadoras, redirecionamento os meios de trabalho e as condições da realidade material.

Os instrumentais do Serviço Social materializa uma dada intencionalidade profissional, que alcança objetificação mediante o exercício profissional do Serviço Social, garantindo a efetivação das respostas sociais e transformação da realidade social e, portanto, depende das condições de trabalho materiais e imateriais para a realização da intervenção profissional pautado na dimensões interventivas da profissão e horizonte profissional.

Dessa forma, é por meio dos instrumentais técnicos do Serviço Social, como o pareceres, laudos, relatórios, entrevistas, visitas domiciliares, encaminhamentos, estudos de casos e afins, que a profissão materializa a objetivação das suas finalidades profissionais, imprimindo por meio das respostas de suas demandas o dimensões interventivas no exercício profissional.

Nesse viés, mesmo diante das condições de trabalho adversas, repletas de determinações e condicionamentos institucionais para a realização do trabalho profissional, a partir da implementação de sistemas de gestão recursos informáticos e recursos tecnológicos no cotidiano da profissão, o Serviço Social deve manter-se comprometido ao compromisso com os valores éticos e políticos do projeto profissional de modo sempre crítico analítico, na defesa dos interesses da população e direitos da classe trabalhadora, fazendo necessário, conforme ressalta Iamamoto (2003), mover-se contra a maré seguindo o movimento sob a direção de forças transformadoras e revolucionárias.

Nesse segmento, Almeida e Carmo, ao abordarem essa realidade profissional aos recursos informacionais, apontam que

essas ferramentas enquanto recursos do Serviço Social só devem se concretizar se forem apropriadas de acordo com os princípios e valores

fundamentais do projeto político profissional, visto que pode condicionar a uma prática tecnicista, limitando-se a operar máquinas, retrocedendo todos os avanços construídos até hoje contra o conservadorismo da profissão. (Almeida; Carmo, 2022, p. 9)

A profissão do Serviço Social, cujo defende um projeto societário fundamentado na emancipação da vida humana e justiça social, encontra na dinâmica das relações capitalistas e novas determinações impostas para o gerenciamento do trabalho, impedimentos para a consolidação das atribuições e competências da profissão, previstas no Código de Ética Profissional, haja vista que na sociedade capitalista, onde encontra a premissa da acumulação de capital por meio da exploração da força de trabalho e da reprodução da desigualdade social, se preconiza a banalização a vida, a pobreza, a precarização do trabalho, do desemprego estrutural, das formas de opressão e dominação do capital, no qual confrontam diretamente com o projeto de formação profissional e os princípios norteadores da prática profissional.

Na realidade do trabalho, embora os avanços dos recursos tecnológicos e informacionais nas organizações de trabalho, signifiquem a ampliação das possibilidades para a execução do trabalho e o aumento do modalidades da produção das respostas às demandas institucionais, com formas de operação das atividades de trabalho a distância, flexibilidade de horário, em ambientes físicos e virtuais simultaneamente (como teletrabalho, home office, na instituição, espaços públicos, áreas urbanas e afins), os métodos e técnicas operacionais incorporados no cotidiano profissional, cujo são orientados na lógica de gerenciamento do trabalho pela organização, tendem a reverberar na condução do exercício profissional, produzindo uma redução do tempo de trabalho necessário das respostas às demandas de trabalho dos/as trabalhadores/as, gerando a intensificação do trabalho por meio da aceleração das respostas dadas no atendimento das demandas sociais.

Essa realidade pode favorecer com a diminuição do tempo de aprimoramento das competências e atribuições privativas da profissão; a redução das possibilidades de respostas, análise da realidade e desenvolvimento das dimensões interventivas da profissão.

Nesse sentido, o aumento da inclusão de técnicas e métodos informacionais de gerenciamento do trabalho apontam para a aceleração das respostas dadas às demandas profissionais (seja por meio de sistemas, instrumentos técnicos-operacionais e informacionais de processamento, sejam por meios de organização do trabalho), configurando a prática profissional o aligeiramento das respostas dos/as profissionais as demandas sociais,

demonstrando implicações no fazer profissional e na efetivação do projeto ético político do Serviço Social.

Nessa vertente, ressalta-se a necessidade do rompimento do Serviço Social com as práticas de caráter funcionalista e rotineiras do cotidiano, que a gerar a redução do exercício profissional dos assistentes sociais, onde o profissional trata apenas do cumprimento de metas de produção, carga horária de trabalho e ao mero atendimento das requisições demandas à profissão. Nesse viés, torna-se fundamental enfatizar que diante das contradições existentes nas relações de trabalho, exige-se da profissão, conforme salienta Iamamoto (2003, p. 21) “[...] ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional”.

Portanto, torna-se nas diversas realidades da profissão, a responsabilidade profissional de desenvolver ações estratégicas para criar as possibilidades de concretização da prática profissional e a efetivação da ação pautada na direção social da profissão conforme preconiza o projeto profissional na realidade social. Para tal, o Serviço Social também dependerá das condições, que Guerra (2000) chama de *objetivas* e *subjetivas* do trabalho profissional para operar suas competências e atribuições interventivas de modo efetivo e alinhado ao compromisso ético-político no exercício profissional, onde os/as profissionais possam articular as dimensões interventivas da profissão com o objetivo de traçar respostas profissionais concretas na realidade social.

Sendo assim, compreendendo que a profissão se insere na divisão sociotécnica do trabalho, a categoria tem suas condições de trabalho afetadas pelas determinações e condicionamentos institucionais, uma vez que em função da aplicação dos mecanismos técnicos-operacionais nos processos de trabalho, o Serviço Social encontra implicações na consolidação projeto ético-político do exercício profissional no qual é orientado nos fundamentos das dimensões interventivas da profissão, que concebe sentido a prática profissional por meio do compromisso com os interesses da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, algumas das implicações para a atuação profissional se materializam através das solicitações institucionais exageradas, no aumento das demandas, na intensificação da trabalho, na precarização das condições subjetivas e objetivas de realização do trabalho, e no surgimento de diferentes requisições, que, na maioria dos casos, não competem a profissão; nos ordenamentos impostos pelas meios de gerenciamento do trabalho, que indicam as determinações e exigências das instituições empregadora aos

trabalhadores e a sua prática profissional. Diante disso, Iamamoto (2007, p. 214) afirma que “a condição assalariada de inserção profissional no efetivo exercício, mediada pelas demandas e requisições do mercado de trabalho, sintetiza tensões entre o direcionamento que a profissão pretende imprimir em seu trabalho concreto e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista”.

Na ordem do capital, muitos são os desafios impostos à efetivação do exercício profissional do Serviço Social pautado no horizonte profissional, sobretudo, diante de uma conjuntura de processos cíclicos de reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, que tendem a estabelecer novos moldes para a estruturação do trabalho e organização dos processos de produção, impactando diretamente a condução da intervenção da categoria profissional inserida nas relações de trabalho nos mais diversos espaços sociocupacionais.

Desse modo, o movimento de reconfiguração das bases do capital tendem apresentar grandes incidências sobre o exercício profissional do Serviço Social, isto porque a profissão se constitui como composição integrada das relações sociais capitalistas, sendo sua força de trabalho do Serviço Social, em contradição ao projeto ético-político da profissão, essencial para a manutenção da ordenamento e dinâmica da relação entre o capital e trabalho.

Com a tendência de incorporação das tecnologias nas instituições empregadoras, entende-se que a categoria é condicionada a atuar, cada vez mais, sob condições limitantes da sua prática de trabalho, seja na limitação da intervenção, seja nas condições objetivas de trabalho cada dia mais reduzidas pela gestão, gerando impactos na efetivação do projeto de formação profissional. Os impactos no desempenho profissional se acirram com a implementação de mecanismos controle da produção, organização do trabalho e operacionalização das atividades, tendo como consequências implicações na implementação do projeto ético-político do Serviço Social no exercício profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos tecnológicos e informacionais, ainda que se constitua como mecanismos de mediação dos processos de trabalho profissional, apresentam na ordem do capital implicações para a materialização da práticas de trabalho as tecnologias, tornando-se ferramentas fundamentais a intensificação da exploração capacidade humana, para a geração do desemprego, a precarização do trabalho e produção da desigualdade social.

Os avanços tecnológicos sob a órbita do capital, no qual incidem sobre a condição das práticas profissionais e mediação do trabalho mediante a necessidade de desenvolvimento do capitalismo monopolista, condicionam aos ordenamentos institucionais nas esferas do trabalho, política, social e econômica, configurando novos arranjos organizacionais e novas determinações para as relações de trabalho. Contudo, diante desse movimento de transformações na ordem da acumulação do capital e reconfiguração dos processos de trabalho, os profissionais do Serviço Social passaram a incorporar nas práticas profissionais as ferramentas tecnológicas e informacionais no cotidiano profissional da profissão.

Nesse sentido, as ferramentas tecnológicas e os recursos informacionais estão sendo cada dia mais usados para o atendimento das demandas institucionais, e têm sido usadas na prestação dos serviços públicos na modalidade virtual e, por isso, tem se tornado parte do cotidiano profissional do serviço social. O contexto de crescimento da informatização dos serviços, a adesão das modalidades de organização do trabalho flexível, que conduzem o trabalho ao fragilidades operacionais, acompanhadas com a avalanche das políticas neoliberais e das medidas econômicas sob a ordem do mercado econômico, torna as condições para a implementação de políticas sociais atreladas ao desenvolvimento do mercado e tecnológico sob a lógica de controle da sociedade e gerencialismo pelo estado - principal regulamentador do funcionamento do sistema político e econômico - , através do atendimento das demandas sociais sobre aos moldes do interesse do mercado privado.

Na realidade profissional, diante do acirramento das relações sociais na ordem do capital, o Serviço Social enfrenta desafios na execução da atuação profissional no cotidiano de trabalho da profissão, haja vista que com a reformulação do poder estatal, a reorganização das instituições públicas e grande movimento dos governos na implementação de uma intensa aplicação de reformas institucionais, materializadas em forma de uma onda de privatização dos órgãos, reformas previdenciárias, da administração públicas, medidas de contingenciamento orçamentário do governo para as áreas públicas e políticas sociais,

favorecendo uma conjunto de transformações na forma de operar e gerenciar o trabalho dos profissionais do Serviço Social nas instâncias governamentais.

Nessa perspectiva, compreende-se que diante desta realidade na esfera do trabalho, a categoria profissional tende ser impactada com a redução dos postos de trabalho, a diminuição das condições materiais de trabalho, no aumento de métodos de intensificação do trabalho no cotidiano, incidindo na efetivação do exercício profissional pautado nos princípios e valores éticos-políticos da profissão, que tem se demonstrado presente no interior dos diálogos da categoria profissional, em especial na produção acadêmica do Serviço Social.

O processo reordenamento das forças produtivas do sistema de produção capitalista, marcado pela implantação de inúmeras medidas de reestruturação do sistema produção e acumulação do capital nas décadas de 1970 a 1980, que tratou por reconfigurar os padrões de produção do capital por meio da adoção do modelo de produção “flexível”, ou seja, um padrão de produção adaptável às necessidades e especificidade dos mercados capitalistas, reverberou também em impactos para toda a classe trabalhadora, inclusive a categoria profissional do Serviço Social, com a implicações de novos moldes de fazer e conduzir o trabalho profissional, estabelecendo novos requisitos e exigências de novas competências de trabalho dos/as assistentes sociais.

Dessa maneira, cabe enfatizar que torna-se necessário o desenvolvimento de estudos e maiores discussões no âmbito da produção do conhecimento no âmbito do Serviço Social acerca das apropriação das tecnologias no capitalismo, sobretudo na forma como esses recursos têm repercutido na intervenção do exercício profissional, haja vista que compreender como essas ferramentas têm sido utilizadas e incorporadas pelo grande capital nos processos de trabalho, constitui-se como extrema necessidade para o desenvolvimento estratégico das práticas profissionais.

Sendo assim, é fundamental que os profissionais do Serviço Social, enquanto profissionais inseridos nas relações de trabalho no ordem capitalistas, mantenham-se comprometidos com o horizonte profissional atrelado às dimensões interventivas, engajados com o compromisso com a direção social da profissão, visando sempre a articulação das dimensões interventivas teórica-metodológico, ética-político e técnico-operativa do Serviço Social, como forma de desenvolver estratégias de enfrentamento aos condicionamentos e imposições institucionais a partir do aprimoramento das capacidades de instrumentalizar a prática profissional.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. **Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul global**. Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai/ago 2021, p. 18-25. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/15174522-117530>.

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. e GENTILE, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo**. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. **Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas**. Sociologias, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai/ago 2021, p. 26-56. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/15174522-116484>.

ARAÚJO, Wecio Pinheiro Araujo. **Marx e a indústria 4.0: trabalho, tecnologia e valor na era digital**. R. Katál., Florianópolis, v.25, n.1, p. 22-32, Jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.w82591>.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**. Rev. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628080>.

ALMEIDA, Fernanda Alcídia Dias de; CARMO, Roberto Coelho do. **SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE TRABALHO MEDIADO POR TECNOLOGIAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**. In: 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Anais do Enpess, Rio de Janeiro, 14, 15/dez, 2022.

BARBOSA, Alexandre F. **Pesquisa TIC Governo Eletrônico 2023. Resumo Executivo - TIC Governo Eletrônico 2023**. BARBOSA, Alexandre F (et. al.). Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic.br. Disponível em: www.cetic.br.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma da Aparelho do Estado**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado brasileiro, aprovado pela Presidência da República em 21 de novembro de 1995. Brasília, Brazil. 1995.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10º. Ed. Rev. e atual, - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. **O USO DE TIC PELOS GOVERNOS: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISA A PARTIR**

DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E DA PRÁTICA NACIONAL. O & S - Salvador, v. 20 - n. 66, p. 543-566, jul/Set - 2013. Disponível em: www.revista.ufba.br.

FERRAREZ, Cynthia Santos. A contrarreforma do Estado Brasileiro e seus impactos nas políticas sociais. In: “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”. Rev. XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Rio de Janeiro, 14, 15/DEZ, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00187.pdf>.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Assistente Social**. Pub. Rev. CFESS/ABEPSS - UNB, 2000.

GUERRA, Yolanda. A dimensão teórico-metodológica no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, Claudio, H. M; ANACLETO, Talita Freire M; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais**. – Belo Horizonte: CFESS, 2023, p. 43-57.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. **O USO DE TIC PELOS GOVERNOS: UMA PROPOSTA DE AGENDA DE PESQUISA A PARTIR DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E DA PRÁTICA NACIONAL**. O & S - Salvador, v. 20 - n. 66, p. 543-566, jul/Set - 2013. Disponível em: www.revista.ufba.br.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempos de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. "Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social". In **O significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais**. Pub. Rev. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. “Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do/a Assistente Social na Atualidade”. In: **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social - em Questão Social**. Brasília, CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. - 6. ed. - São Paulo, Cortez, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I, Vol. II: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Pub. Rev. Boitempo, 2013. (e-book digital)

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

MESQUITA, Kamila. **A EVOLUÇÃO DO GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO DA TIC NA DEFINIÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE GOVERNO E**

SOCIEDADE. Rev. Comunicologia, v. 12, n. 2 - jul./dez./ 2019. Disponível em:
<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/10900/6821>.

MIRANDA, Gabriel; PAIVA, Hana. **O Brasil diante da ofensiva neoliberal: notas de uma tragédia anunciada.** REVISTA SOBRE ACESSO À JUSTIÇA E DIREITOS NA AMÉRICA LATINA. Brasília, v. 5, n. 2, jul./dez. 2021, ISSN 2526-6675. Disponível em:
[HTTPS://orcid.org/0000-0002-3331-2890](https://orcid.org/0000-0002-3331-2890).

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. **REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL, FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL.** In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). A NOVA FÁBRICA DE CONSENSOS. São Paulo: Ed. Rev. Cortez, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O DESAFIO DA PESQUISA SOCIAL. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (Orgs.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 26. Ed. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2007.

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

OLIVEIRA, Rodrigo Ferreira. **A contra-reforma do Estado no Brasil: uma análise crítica.** Rev. Urutagua - acadêmica multidisciplinar - DCS/UEM, nº 24 - maio/junho/julho/agosto, 2011- ISSN 1519-6178. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/10698/7171>.

OREIRO, José Luís; FILHO, Helder Lara Ferreira. **A PEC 32 da Reforma Administrativa: Uma análise crítica.** Revista de Economia Política, vol. 41, nº 3, pp. 487-506, julho-setembro/2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/djDvQj9mJ9xQS5RcWw8sVbq/?lang=pt>.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. A dimensão técnico-operativa no trabalho de assistentes sociais. In: HORST, Claudio, H. M.; ANACLETO, Talita Freire M.; Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (Orgs.). **A Dimensão técnica-operativa no trabalho de assistentes sociais.** – Belo Horizonte: CFESS, 2023, p. 79-94.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: particularidades e unidade. In: **I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.** Pub. Londrina, PR. de 09 a 12 de Junho de 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/djDvQj9mJ9xQS5RcWw8sVbq/?format=pdf&lang=pt>.

Pesquisa TIC Governo Eletrônico 2023. Resumo Executivo - TIC Governo Eletrônico 2023. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação - Cetic.br. Disponível em:
https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20240826104230/resumo_executivo_tic_governo_eletronico_2023.pdf.

QUEIROZ, Maristela Gomes. **A incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação do âmbito do Serviço Social.** Rev. V ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E III ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. - v. 4, n. 4 (2008).

RAICHELIS, Raquel. **Tecnologia, trabalho e pandemia no capitalismo em crise: admirável mundo novo?**. Rev. Editorial. Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 144, p. 5-16, meio/set. 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/345zbz7NtFJnx6MY7GQCLpw/?format=html&lang=pt77>.

VELOSO, Renato. **Serviço Social, Trabalho e Tecnologia da Informação**. In: 19º Conferencia Mundial de Trabajo Social: El Desafío de concretizar derechos en una sociedad globalizada y desigual. Salvador, Bahia. 2008. Disponível em:
<https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2499/1933>.

VELOSO, Renato. **Tecnologias da Informação e da Comunicação: desafios e perspectivas**. Ed. Especial Anhanguera. São Paulo: Saraiva, 2012.

VALENTE, Jonas C. L. Trabalho e Tecnologia da Informação e Comunicação: para uma crítica da noção de trabalho digital é uma abordagem marxista do fenômeno. In: ALVES, Giovanni (org.). **Trabalho e valor. O novo (e precário) mundo do trabalho no século XXI**. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021